

REVISTA INTERNACIONAL

CONSINTER

DE DIREITO

**Publicação Semestral Oficial do
Conselho Internacional de Estudos
Contemporâneos em Pós-Graduação**

ANO VI – NÚMERO X

1º SEMESTRE 2020

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS

0028990

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO, ANO VI, N. X, 1º SEM. 2020

JURUÁ EDITORIAL

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Tel: +351 223 710 600
Centro Comercial D’Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Home page: revistaconsinter.com

E-mail: internacional@jurua.net

ISSN: 2183-6396-00010

Depósito Legal: 398849/15

DOI: 10.19135/revista.consinter.00010.00

Editor:

David Vallespín Pérez

Catedrático de Derecho Procesal de la Universitat de Barcelona. Su actividad docente abarca tanto los estudios de Grado como los de Doctorado. Ha realizado enriquecedoras estancias de investigación en prestigiosas Universidades Europeas (Milán, Bolonia, Florencia, Gante y Bruselas).

Diretores da Revista:

Germán Barreiro González

Doctor en Derecho por la Universidad Complutense de Madrid. Colaborador Honorífico en el Departamento de Derecho Privado y de la Empresa – Universidad de León (España).

Gonçalo S. de Melo Bandeira

Professor Adjunto e Coordenador das Ciências Jurídico-Fundamentais na ESG/IPCA, Minho, Portugal. Professor Convidado do Mestrado na Universidade do Minho. Investigador do CEDU – Centro de Estudos em Direito da União Europeia. Doutor e Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

María Yolanda Sánchez-Urán Azaña

Catedrática de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social de la Facultad de Derecho, UCM, de la que ha sido Vicedecana de Estudios, Espacio Europeo de Educación Superior y de Innovación Educativa y Convergencia Europea.

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

REVISTA INTERNACIONAL
CONSINTER
DE DIREITO

Publicação Semestral Oficial do
Conselho Internacional de Estudos
Contemporâneos em Pós-Graduação

ANO VI – NÚMERO X

1º SEMESTRE 2020

ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS

Porto
Editorial Juruá
2020

Instruções aos Autores

Revista Internacional CONSINTER de Direito

1. DAS PUBLICAÇÕES

Para publicação na Revista Internacional CONSINTER de Direito os artigos científicos serão avaliados pelo sistema *double blind review*, no qual dois Pareceristas do CONSINTER avaliarão os trabalhos sem nenhuma identificação de autoria.

O enquadramento dos textos avaliados e aprovados para fins de publicação na Europa pelo Editorial Jurú Lda., e no Brasil pela Jurú Editora Ltda., obedecerão aos seguintes critérios:

REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO

Conforme as exigências das agências e instituições nacionais e internacionais de investigação e docência que avaliam a atividade acadêmica e investigadora das Pós-Graduações, a Coordenação Executiva do CONSINTER, ao seu melhor juízo, selecionará uma determinada quantidade de artigos aprovados que serão agraciados com a Publicação no Periódico “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”, com ISSN de Portugal. Ainda:

- a) Para cada artigo selecionado para a “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”, será atribuído um número de registro específico e único no Sistema DOI (*Digital Object Identifier*);
- b) Também será atribuído um registro no Sistema DOI (*Digital Object Identifier*) para a “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”.

OBS. 1: Em face das normas técnicas, para fins de qualificação do periódico, somente poderão ser selecionados para a Revista Internacional CONSINTER de Direito os artigos aprovados nos quais pelo menos um dos autores e/ou autor tenha a titulação de Doutor.

OBS. 2: Ficará a critério do Comitê Organizador a indicação e o número da Revista em que o artigo aprovado será liberado para publicação.

2. PERIODICIDADE

Semestral.

3. CONDIÇÕES

- a) A submissão do trabalho científico para análise está condicionada à confirmação da inscrição de todos os autores e coautores;
- b) Somente serão publicados os artigos aprovados pelo Corpo de Pareceristas/Conselho Editorial do CONSINTER.

4. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA SUBMISSÃO

- a) Inscrição;
- b) Comprovante de pagamento da submissão/inscrição;
- c) Cessão de direitos autorais assinada;
- d) Artigo completo seguindo as orientações do item 5;
- e) O artigo deverá ser encaminhado por um dos autores ao e-mail contato@consinter.org.

5. NORMAS — OS ARTIGOS ENVIADOS DEVEM CUMPRIR OS SEGUINTE CRITÉRIOS:

- a) O artigo deve adotar a norma do Código de Redação Institucional da União Europeia (**Norma Umberto Eco/EU**) – ver item 06.

Esse sistema é similar às normas da ABNT, entretanto a utilização torna-se mais fácil (todos os separadores são vírgula) e só destaca em itálico, nunca em negrito.

- b) Ser inédito (não publicado em livros, revistas especializadas ou na imprensa em geral) e apresentar propriedade técnico-jurídica; relevância nacional e internacional do tema abordado, fluência redacional, correção gramatical e respeito a aspectos éticos e científicos.

OBS.: Textos inseridos em documentos de circulação restrita nas universidades serão considerados inéditos.

- c) Ter sido produzido por Estudantes e/ou Professores de Pós-Graduação *Lato Sensu* e/ou *Stricto Sensu* ou por Mestres, Doutores e pós-Doutores.

- d) Serão aceitos trabalhos em coautoria, até no máximo três (03) participantes devidamente inscritos.
- e) O artigo deverá estar identificado com um dos critérios de classificação conforme informado em edital.
- f) O(s) autor(es) que submeter(em) o mesmo artigo científico (com o mesmo título e conteúdo ou apenas mudando o título) para mais de um dos ramos do Direito acima indicados terão ambos os artigos científicos automaticamente eliminados da avaliação.
- g) Conter no mínimo 15 páginas, e no máximo 25 páginas.
- h) Ser redigido em formato *Word* em dois arquivos distintos, um com e outro sem identificação, ambos completos, contendo: Título em língua portuguesa, espanhola, inglesa, italiana ou francesa; Sumário; Resumo e Palavras-chave em língua portuguesa ou espanhola e inglesa, respeitando as normas técnicas.
- i) Para o arquivo sem identificação é importante o autor certificar-se que no conteúdo do artigo a ser avaliado não conste nenhuma informação que possibilite a identificação do autor ou a instituição, a qual esteja vinculado direta ou indiretamente.
- j) O artigo poderá ser apresentado em língua portuguesa, espanhola, inglesa, italiana ou francesa, observando que o título, resumo e palavras-chave precisam, obrigatoriamente, estar indicados em dois idiomas, sendo peremptoriamente uma indicação no idioma inglês.

Exemplificando:

Se escrito no idioma português: o Resumo e as Palavras-chave devem obrigatoriamente ser indicadas em português e inglês.

Se escrito no idioma espanhol: o Resumo e as Palavras-chave devem obrigatoriamente ser indicadas em espanhol e inglês.

Se escrito no idioma inglês: o Resumo e as Palavras-chave devem obrigatoriamente ser indicadas em inglês e português.

- k) **Artigos em inglês tem prioridade na análise** e na publicação, desde que um dos autores contenha a titulação de doutor.
- l) O texto deve estar salvo em arquivo *Word*, em versão recente, com as seguintes características: fonte Times New Roman; corpo 12; alinhamento justificado, sem separação de sílabas; espaço de 1,5 entre linhas; parágrafo de 1,5 cm; não colocar espaçamentos especiais antes ou após cada parágrafo; margens superior e esquerda com 3 cm, inferior e direita com 2 cm; em papel tamanho A4; notas de rodapé explicativas na mesma página em que for citada a referência sendo que as Referências deverão seguir o Código de Redação Institucional da União Europeia (Norma Umberto Eco/EU) – ver item 06.
- m) As páginas deverão estar numeradas.
- n) Para cada título, subtítulos, todos alinhados à esquerda, deverá haver um texto correspondente.
- o) Devem ser escritos de forma clara e objetiva, evitando-se parágrafos prolixos ou extenuantes e privilegiando as orações na ordem direta como: sujeito – predicado – complemento.
- p) Não serão aceitos textos com figuras, ilustrações e/ou fotografias, à exceção de gráficos e tabelas que sejam imprescindíveis para a compreensão do trabalho e compatíveis com a impressão em preto e branco, sendo vedada a utilização de gráficos e tabelas se originarem de terceiros.
- q) Conter Resumo (entre 100 e 250 palavras) em língua portuguesa ou espanhola e em inglês, assim como a indicação de Palavras-chave (entre 3 e 10 palavras) também em português ou espanhol e inglês.
- r) Conter: Sumário a ser indicado na sequência da apresentação do Título, Resumo (entre 100 e 250 palavras – peremptoriamente com 02 idiomas), sendo um em Língua portuguesa ou espanhola e outro necessariamente em inglês, assim como a indicação das Palavras-chave (entre 3 e 10 palavras), obedecendo o mesmo critério de apresentação do Resumo.
- s) O texto deve obrigatoriamente vir acompanhado do termo de autorização para publicação – Cessão de Direitos Autorais/Patrimoniais – devidamente preenchido com as informações solicitadas, conforme modelo anexo e/ou disponível no [site](#);
- t) A qualificação do autor deverá ser em nota de rodapé e conter:
 - no máximo 4 linhas;
 - indicando obrigatoriamente o endereço de e-mail;
 - a formação acadêmica;
 - a Instituição de Ensino Superior ao qual esteja vinculado como aluno ou como professor;
 - informar a cidade, estado e o país da Instituição de vínculo.

- u) Todos os artigos, obrigatoriamente, deverão estar acompanhados do comprovante do pagamento da inscrição de cada autor e coautor.
- v) Observando que o CONSINTER é uma instituição sem fins lucrativos, o valor da inscrição/submissão subsidia a publicação dos artigos na Revista Internacional CONSINTER de Direito. A taxa de submissão/inscrição é individual e exclusiva para cada autor. Portanto, cada autor deve efetuar a sua inscrição e pagar a sua respectiva taxa.
- w) Um autor pode enviar quantos artigos desejar, porém, deve efetuar o pagamento da taxa de inscrição/submissão de cada um deles.
- x) Observando as normas de qualificação, somente poderão ser liberados para publicação na Revista Internacional CONSINTER de Direito, um artigo de cada autor. Em caso de aprovação de dois ou mais artigos de um mesmo autor para a Revista, a comissão de avaliação, ao seu melhor juízo, escolherá um para publicação na Revista, os outros serão direcionados para publicação no livro Direito e Justiça ou para publicação nos próximos números da Revista.

6. DOS SISTEMAS PARA A INDICAÇÃO DAS FONTES DAS CITAÇÕES

Para a indicação das fontes das citações, os artigos deverão adotar a norma do Código de Redação Institucional da União Europeia (**Norma Umberto Eco/EU**).

Esse sistema é similar às normas da ABNT, entretanto, sua utilização é mais fácil (todos os separadores são vírgula) e só destaca em itálico, nunca em negrito.

Regras gerais:

- Todos os elementos devem ser separados apenas por vírgula.

- Os elementos destacados com asterisco são obrigatórios.

1. Livro

- 1)* APELIDO (em versalete) e Nome(s) Próprio(s) do autor,
- 2)* *Título e subtítulo da obra* (em itálico),
- 3) («Coleção»),
- 4)* Número da edição, se houver várias,
- 5)* Local,
- 6)* Editora,
- 7)* Ano.
- 8) Dados eventuais da edição mais recente
- 9) Número de páginas e eventual número de volumes de que a obra se compõe
- 10)* Tradução.

Exemplos:

- a) na lista de referências
MOLINA DEL POZO, Carlos, *Prácticas de Derecho de la Unión Europea*, Curitiba, Juruá, 2019.
- b) nas notas de rodapé
MOLINA DEL POZO, Carlos, *Prácticas de Derecho de la Unión Europea*, Curitiba, Juruá, 2019, pp. 22-23.

2. Capítulo de Livro

- 1)* APELIDO (em versalete) e Nome(s) Próprio(s) do autor,
- 2)* "Título do Artigo ou Capítulo" (entre aspas),
- 3)* *in*
- 4)* APELIDO (em versalete) e Nome(s) Próprio(s) do organizador, org.,
- 5)* *Título da Obra Coletiva* (em itálico),
- 6)* volume (se for o caso),
- 7)* Local, Editora, data, páginas.

Exemplos:

- a) na lista de referências
VISENTINI, Paulo Fagundes, "A Inserção da China na Ásia e a Transformação Estratégica da Região" *in* PROCÓPIO, Argemiro, org., *O Século da China*, Curitiba, Juruá, 2010.

b) na nota de rodapé

VISENTINI, Paulo Fagundes, "A Inserção da China na Ásia e a Transformação Estratégica da Região" in PROCÓPIO, Argemiro, org., *O Século da China*, Curitiba, Juruá, 2010, pp. 14-15.

3. Artigo de Periódico

1)* APELIDO (em versalete) e Nome(s) Próprio(s) do autor,

2)* "Título do Artigo ou Capítulo" (entre aspas),

3)* *Título da Revista* (em itálico),

4)* volume e número do fascículo,

5)* data,

6)* intervalo de páginas.

Exemplos:

a) na lista de referências

VELÁZQUEZ, Victor Hugo Tejerina, "Alguns Aspectos da Função Social da Propriedade no Novo Código Civil", *Revista Autônoma de Direito Privado*, vol. 1, set. 2006, pp. 45-86.

b) na nota de rodapé

VELÁZQUEZ, VICTOR Hugo Tejerina, "Alguns Aspectos da Função Social da Propriedade no Novo Código Civil", *Revista Autônoma de Direito Privado*, vol. 1, set. 2006, p. 52.

Segue a referência da Norma Umberto Eco/UE

Referência: Eco, Umberto, *Como Se Faz Uma Tese Em Ciências Humanas*, 13ª ed., Barcarena, Editorial Presença, 2007. Trad. Ana Falcão Bassos e Luís Leitão, pp. 101-102.

7. DA AVALIAÇÃO DOS ARTIGOS

Os artigos científicos serão analisados pelo Corpo de Pareceristas do CONSINTER, formado somente por renomados juristas Doutores e Pós-Doutores, nacionais e estrangeiros especialmente convidados.

Os artigos científicos serão avaliados pelo sistema *double blind review*, no qual dois Pareceristas do CONSINTER avaliarão os trabalhos sem nenhuma identificação de autoria. A apreciação inominada dos artigos científicos afiança a imparcialidade do seu julgamento, diminui a subjetividade e as preferências ideológicas. Dessa forma, o autor deverá evitar referências diretas a si mesmo e citações que possibilitem extrair da leitura do texto a sua autoria.

Em caso de admissão do artigo científico por um dos Pareceristas do CONSINTER e reprovação por outro, o texto, ao melhor alvitre do conselho diretivo, poderá ser submetido à apreciação de um terceiro Parecerista.

- a) O conteúdo dos artigos científicos é de inteira responsabilidade dos autores e após submetido para avaliação não poderá sofrer qualquer substituição ou alteração, salvo solicitação do Corpo de Pareceristas;
- b) Não é permitido plágio ou inserção de cópias literais.

CONSINTER – CONSELHO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM PÓS-GRADUAÇÃO

Coordenação Executiva

Ivan Winters

Marcia Teixeira

contato@consinter.org

www.consinter.org

<https://revistaconsinter.com/edicoes-anteriores/>

INDEXADORES DA REVISTA:

- Latindex
- Diadorim
- Sumários.org
- REDIB
- CAPES
- DOAJ
- LivRe
- Google Scholar
- Cite Factor
- Tribunal Superior Eleitoral
- RVBI
- Membro da CROSSREF

Instructions To Authors

1. ABOUT THE PUBLICATIONS

For publication in the Revista Internacional CONSINTER de Direito, the scientific articles shall be evaluated by the double-blind review system, in which two CONSINTER Referees shall evaluate the papers without any author identification.

The framework of the evaluated and accepted articles for the purpose of publication in Europe by the Editorial Juruá Lda., and in Brazil by Juruá Ltda, will follow the following criteria:

1. FOR THE JOURNAL “REVISTA INTERNACIONAL CONSINTER DE DIREITO”

According to the requirements of national and international agencies of investigation and teaching that evaluate the investigative and academic activity of Post-Graduation, the CONSINTER Executive Coordination, at the best of their judgment, will select a certain amount of articles approved that will be awarded with the Publication in the Journal “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”, with ISSN from Portugal. Also:

- a) For each article selected for the journal “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”, a number of the specific and unique register in the DOI (Digital Object Identifier) system will be assigned;
- b) A register in the DOI (Digital Object Identifier) system will also be assigned to the journal “Revista Internacional do CONSINTER de Direito”.

NOTE 1: In the face of the technical rules, for the purpose of qualification of the journal, only the articles approved in which a least one of the authors and/or author has a doctorate degree will be selected for the journal “Revista Internacional CONSINTER de Direito”. The articles properly approved that do not fulfill this requirement will be published in the Book of CONSINTER.

NOTE 2: The Organizing Committee will be in charge of the nomination and the issue of the journal “Revista Internacional CONSINTER de Direito” in which the approved article will be authorized for publication.

2. PERIODICITY

Half-yearly

3. REQUIREMENTS

- a) The submission of the scientific work for analysis is conditioned to the confirmation of subscriptions of all authors and co-authors;
- b) Only articles approved by CONSINTER Referees Board/Editorial Board will be published.

4. REQUIRED DOCUMENTS FOR SUBMISSION

- a) Registration;
- b) Proof of payment of the Submission/registration;
- c) Assignment of copyrights signed;
- d) Full Article following the guidelines of item 5;
- e) The articles must be forwarded by one of the authors by e-mail contato@consinter.org

5. RULES — THE ARTICLES SENT MUST FULFILL THE FOLLOWING CRITERIA:

- a) For the article, it is mandatory the adoption of the European Union's Institutional Writing Code (Umberto Eco/EU norm) standards - see item 06.

This system is similar to the *ABNT* norms; however, the use becomes easier (all tabs are comma) and only highlights in italics, never in bold.

- b) Be original (not published in books, specialized journals, or in the press in general) and present technical-legal property; national and international relevance of the theme approached, wording fluency, grammar correction, and respect to the ethical and scientific aspects.

NOTE: The texts inserted in documents of restrict circulation at universities will be considered original.

- c) Have been produced by students and/or professors of *Lato Sensu* and/or *Stricto Sensu* PostGraduation courses, or by Masters, Doctors and Post-Doctors;
- d) Works in co-authorship will be accepted, up to a maximum of three (03) participants adequately registered;

- e) Be identified with one of the criteria of classification to be informed in the public notice;
- f) The author (s) that submit the same scientific article (with the same title and content or only having the title changed) for more than one of the fields of Law above mentioned, will have both scientific articles automatically eliminated from the evaluation;
- g) Have a minimum of 15 pages, and a maximum of 25 pages;
- h) Be submitted in Word format in two distinct files, one with and the other without identification, both complete, containing: Title in Portuguese, Spanish, English, Italian or French; Summary; Abstract and Keywords in Portuguese or Spanish and in English, respecting the technical rules;
- i) For the file, without identification the author needs to make sure that, in the content of the article to be evaluated, there is no information that makes it possible to identify the author or the Institution they are directly or indirectly bound to;
- j) The article can be presented in Portuguese, Spanish, English, Italian, or French, observing that the title, abstract, and keywords have to, compulsorily, be written in two languages, being one of them, peremptorily, English.

Examples:

If written in Portuguese: the Abstract and the Keywords must be written in Portuguese and English.

If written in Spanish: the Abstract and the Keywords must be written in Spanish and English.

If written in English: the Abstract and the Keywords must be written in English and Portuguese.

- k) **English articles have priority in the analysis and publication**, as long as one of the authors has a doctorate.
- l) The text must be saved in a word file, in a recent version, with the following characteristics: Times New Roman font, size 12; justified alignment, without hyphenation; 1.5 spacing between lines; 1.5 cm paragraph spacing; do no special insert spacing before or after each paragraph; top and left margins with 3 cm, bottom and right margins with 2 cm; A4 size document; explanatory footnotes on the same page the reference is cited, and the references must follow the technical rules - European Union's Institutional Drafting Code standards (Umberto Eco/EU norm) - see item 06.
- m) The pages must be numbered;
- n) For every title, subtitle, all of them aligned on the left, there must be a corresponding text;
- o) The text must be written clearly and objectively, avoiding long-winded and strenuous paragraphs, giving priority to sentences in the direct order, such as subject-predicate – complement;
- p) Texts with figures, illustrations and/or photographs will not be accepted, except for graphs and tables which are indispensable for the understanding of the work, and compatible with black and white printing, being prohibited the use of graphs and tables if originated from a third party;
- q) It must contain an Abstract (between 100 and 250 words in Portuguese or Spanish and in English, as well as the Keywords (between 3 and 10 words), also in Portuguese or Spanish and in English;
- r) It must contain: a Summary to be indicated in the sequence of the title presentation, Abstract (between 100 and 250 words, peremptorily in 02 languages, one of them in Portuguese or Spanish and the other in English, just as the Keywords (between 3 and 10 words), under the same criterion of the Abstract presentation;
- s) The text must be accompanied by the copyright form – according to the model attachment and/or available in the [website](#);
- t) The qualification of the author must be in a footnote and contain:
 - a maximum of 4 lines;
 - mandatorily indicating the e-mail address;
 - stating the academic training;
 - naming the Higher Education Institution to which he/she is linked as a student or as a teacher;
 - informing the city, state, and country of the related Institution.
- u) All the articles must be accompanied by the proof of payment of each author and co-author's registration.

- v) Noting that *CONSINTER* is a non-profit institution, the value of the registration/submission subsidizes the Publication of articles in the *Revista Internacional CONSINTER de Direito*. The submission/registration fee is individual and exclusive for each author. Therefore, each author must register and pay his/her respective fee. Ex: For the inclusion of an article in co-authorship with two authors – it is necessary the registration and payment of the fee for each one of the authors;
- w) An author may send as many articles as he/she wishes, but he/she must pay the registration/submission fee for each one;
- x) Observing the qualification rules, only one article from each author may be released for Publication in the *Revista Internacional CONSINTER de Direito*. In case of approval of two or more papers by the same author for the Journal, the evaluation committee, at its best judgment, will choose one for Publication in the Journal and the others will be directed for release in the Law and Justice book or the next issues of the Journal.

6. ABOUT THE SYSTEMS TO INDICATE THE SOURCES OF CITATIONS

For indicating the sources of the citations, the articles must adopt the European Union's Institutional Drafting Code standards (Umberto Eco/EU norm).

General rules:

- All elements must be separated only by a comma.
- Features highlighted with an asterisk are mandatory.

1. Book

- 1) * LAST NAME (in small caps) and Author's First Name (s),
- 2) * *Title and subtitle of the book* (in italics),
- 3) («Collection»),
- 4) * Edition number, if there are several,
- 5) * Location,
- 6) * Publisher,
- 7) * Year.
- 8) Possible data from the most recent edition.
- 9) Number of pages and the potential number of volumes of which the work is composed.
- 10) * Translation.

Example:

a) in the reference list

MOLINA DEL POZO, Carlos, *Práticas de Derecho de la Unión Europea*, Curitiba, Juruá, 2019.

b) in the footnotes

MOLINA DEL POZO, Carlos, *Práticas de Derecho de la Unión Europea*, Curitiba, Juruá, 2019, pp. 22-23.

2. Book chapter

- 1) * LAST NAME (in small caps) and Author's First Name (s),
- 2) * Title of Chapter or Essay (in quotes),
- 3) * *in*
- 4) * Last NAME (in small caps) and the Organizer's First Name (s), org.,
- 5) * *Title of the Collective Work* (in italics),
- 6) * volume (if applicable),
- 7) * Place, Publisher, date, pages.

Example:

a) in the reference list

VISENTINI, Paulo Fagundes, "A Inserção da China na Ásia e a Transformação Estratégica da Região" in PROCÓPIO, Argemiro, org., *O Século da China*, Curitiba, Juruá, 2010.

b) in the footnotes

VISENTINI, Paulo Fagundes, "A Inserção da China na Ásia e a Transformação Estratégica da Região" in PROCÓPIO, Argemiro, org., *O Século da China*, Curitiba, Juruá, 2010, pp. 14-15.

3. Journal Article

- 1) * LAST NAME (in small caps) and Author's First Name (s),
- 2) * "Title of Article or Chapter" (in quotes),
- 3) * *Journal Title* (in italics),
- 4) * volume and issue number,
- 5) * date,
- 6) * page range.

Example:

- a) in the reference list

VELÁZQUEZ, Victor Hugo Tejerina, "Alguns Aspectos da Função Social da Propriedade no Novo Código Civil", *Revista Autônoma de Direito Privado*, vol. 1, set. 2006, pp. 45-86.

- b) in the footnotes

VELÁZQUEZ, Victor Hugo Tejerina, "Alguns Aspectos da Função Social da Propriedade no Novo Código Civil", *Revista Autônoma de Direito Privado*, vol. 1, set. 2006, p. 52.

Umberto Eco/EU Standard

Reference: Eco, Umberto, *Como Se Faz Uma Tese Em Ciências Humanas*, 13rd ed., Barcarena, Editorial Presença, 2007. Trad. Ana Falcão Bassos e Luís Leitão. pp. 101-102.

Following the reference of Norma Umberto Eco/UE

Referência: Eco, Umberto, *Como Se Faz Uma Tese Em Ciências Humanas*, 13ª ed., Barcarena, Editorial Presença, 2007. Trad. Ana Falcão Bassos e Luís Leitão, pp. 101-102.

7. ABOUT THE ARTICLE REVIEW

The scientific articles are analyzed by the CONSINTER Referees Board/Editorial Board, formed only by renowned Doctors and Post-Doctors, jurists, Brazilian and foreigners, especially invited. The scientific articles will be evaluated by the double-blind review system, in which two CONSINTER members of the board will evaluate the works without any authorship identification. The assessment of scientific articles by anonymous authors guarantees the impartiality of judgment and decreases subjectivity and ideological preferences. This way, authors must avoid direct references to themselves and citations that make it possible to extract its authorship from the reading of the text.

If the scientific article is accepted by one of the CONSINTER members and failed by another, the text, at the suggestion by the Director Council, can be subjected to the assessment by a third party.

- a) The content of the scientific articles is the authors' full responsibility, and after subjected to assessment cannot go through any changes or replacements, except if requested by the Referees Board/Editorial Board;
- b) Plagiarism or the insertion of verbatim copies are not allowed.

INTERNATIONAL COUNCIL OF CONTEMPORARY IN POST-GRADUATE STUDIES CONSINTER – CONSELHO INTERNACIONAL DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS EM PÓS-GRADUAÇÃO

Executive Coordination

Ivan Winters

Marcia Teixeira

contato@consinter.org

www.consinter.org

<https://revistaconsinter.com/en/edicoes-antiores/>

INDEXERS

- Latindex
- Diadorim
- Sumários.org
- REDIB
- CAPES
- DOAJ
- LivRe
- Google Scholar
- Cite Factor
- Tribunal Superior Eleitoral
- RVBI
- CROSSREF member

CORPO DE PARECERISTAS

Adel El Tasse

Mestre e Doutor em Direito Penal. Advogado em Curitiba. Procurador Federal. Professor na Escola da Magistratura do Estado do Paraná. Professor do CERS. Coordenador no Paraná da NEACCRIM.

Adriano Marteleto Godinho

Doutor em Direito pela Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Advogado. Professor do PPGD do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa – PB.

Albert Pastor Martínez

Doutor e Mestre em Direito pela Universitat Autònoma Barcelona – Espanha. Professor Agregado Direito do Trabalho do Trabalho Seguridade Social da Universitat Autònoma de Barcelona – Espanha.

Alejandro Menéndez Moreno

Professor Agregado Direito do Trabalho do Trabalho Seguridade Social da Universitat Autònoma de Barcelona.

Alessandra Lehmen

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Mestre (LL.M.) em Direito Ambiental pela Stanford Law School. Advogada habilitada em Porto Alegre – RS – Brasil e em Nova Iorque.

Almir Santos Reis Junior

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor adjunto dos cursos de Direito da Universidade Estadual de Maringá – UEM – PR e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Maringá – PR.

Aloisio Khroling

Pós-Doutor em Filosofia Política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Doutor em Filosofia pelo Instituto Santo Anselmo em Roma – Itália, reconhecido como PH.D em Filosofia pela UFES. Mestre em Teologia e Filosofia pela Universidade Gregoriana – Roma – e em Sociologia Política pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Professor Titular na Graduação e no Mestrado da Faculdade de Direito de Vitória – FDV, Vitória – ES.

Ana Barbuda Ferreira

Doutora em Direito pela Universidade Federal da Bahia – UFBA e Mestre em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador – UCSal. Professora na Universidade Católica do Salvador – UCSal, Salvador – BA.

Ana Rachel Freitas da Silva

Doutora e Mestre em Direito das Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília – UniCeb. Professora no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília – DF.

André Folloni

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Advogado. Professor no PPGD da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Curitiba – PR.

Andréia Macedo Barreto

Pós-Doutorado pelo Ius Gentium Conimbrigae, Centro de Direitos Humanos, sediado na Universidade de Coimbra – Portugal. Doutora e Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém – PA. Defensora pública do Estado do Pará.

Andreza Cristina Baggio

Doutora em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Professora da Graduação e do PPGD na UNICURITIBA e UNINTER, Curitiba – PR.

Antonio Armando Ulian do Lago Albuquerque

Doutor em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Mestre em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor Efetivo da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Cáceres – MT e da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá – MT.

Antônio Carlos Efing

Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Curitiba – PR.

Antônio César Bochenek

Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Professor da ESMAFE/PR.

Antonio Maria Javato Marín

Profesor Titular de Derecho Penal - Universidad de Valladolid.

Antônio Pereira Gaio Júnior

Pós-Doutorado em Direito pela Universidade de Coimbra – Portugal e em Democracia e Direitos Humanos pelo Ius Gentium Conimbrigae – Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho. Professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ.

Antônio Veloso Peleja Júnior

Doutor em Direito pela PUC-SP. Professor Efetivo na Graduação e Pós-Graduação 'Stricto Sensu' da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT. Juiz de Direito do TJMT, dedicando especial atenção nos seguintes temas: Direito Processual Constitucional, Direito Processual Civil, Direito Constitucional e Direito Eleitoral.

Aparecida Turolo Garcia (Ir. Jacinta)

Doutora em Filosofia pela Universidade Urbaniana – Roma – Itália. Professora da Universidade do Sagrado Coração – UNISAGRADO, Bauru – SP.

Argelia Queralt Jiménez

Doutora pela Universitat de Barcelona. Professora de Direito Constitucional da Universitat Barcelona – Espanha.

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy

Pós-Doutorado em Direito Comparado na Universidade de Boston, em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS, em Literatura e em História do Direito pela Universidade de Brasília – UnB. Doutor e Mestre em Filosofia do Direito e do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Livre docente em Teoria Geral do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP.

Artur Stamford da Silva

Doutor em Teoria, Filosofia e Sociologia do Direito e Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE.

Augusto Martínez Perez

Doutor em Direito do Estado e Mestre em Direito Penal pela Universidade de São Paulo – USP. Juiz Federal. Professor Titular da Universidade de Ribeirão Preto – UNIP, Ribeirão Preto – SP.

Bruno César Lorencini

Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo – USP e Doutor em Direito Processual, Administrativo e Financeiro pela Universidade de Salamanca – Espanha. Juiz Federal. Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor do PPGD da Faculdade Alves Faria – ALFA, São Paulo – SP.

Bruno Gomes Borges da Fonseca

Pós-Doutor em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e Pós-doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG. Doutor e Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória – FDV. Procurador do Trabalho. Professor da graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito de Vitória – FDV, do Programa de

mestrado Profissional da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e da Pós-graduação da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, Vitória – ES.

Bruno Sena Martins

Doutor em Grupo de Estudos Anglo-Americanos pela Universidade de Coimbra. Professor da Universidade de Coimbra – Portugal.

Candido Furtado Maia Neto – In Memoriam

Pós-Doutor em Direitos Humanos. Doutor em Direito. Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná.

Carina Barbosa Gouvêa

Pós-Doutora em Direito Constitucional – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá – UNESA. Professora do Programa de Pós PPGD da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE.

Carina Costa de Oliveira

Pós-Doutora pela University of Cambridge – Cambridge Centre for Environment, Energy and Natural Resource Governance – CEENRG, Doutora em Direito Internacional na Universidade Paris II-Panthéon Assas e Mestre Direito Internacional pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Professora adjunta da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, Brasília – DF.

Carlos Edison do Rêgo Monteiro Filho

Doutor em Direito Civil e Mestre em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Rio de Janeiro – RJ.

Carlos Magno de Souza Paiva

Doutor em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas e Mestre em Direito Público pela Universidade de Coimbra – Portugal. Professor Adjunto do Departamento de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto – MG.

Carlos Marden

Doutor em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas e Mestre em Ordem Jurídica Constitucional, especialista em Processo Civil e graduado em Direito pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Procurador Federal. Professor da Escola Superior Dom Hélder Câmara – Belo Horizonte – MG.

Carlos Roberto Bacila

Pós-Doutor pela Universidade de Ottawa – Canadá. Doutor em Direito Penal pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor de Criminologia, Direito Penal e Direito e Cinema da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba – PR.

Carlos Roberto de Alckmin Dutra

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo – USP. Professor na Universidade Carlos Drummond de Andrade, São Paulo – SP.

Carlyle Popp

Doutor em Direito Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná e da Academia Paranaense de Letras Jurídicas. Professor Universitário Faculdades Integradas Curitiba, Curitiba – PR.

Cibele Fernandes Dias

Doutora e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora de Direito Constitucional da Faculdade de Educação Superior do Paraná – FESP e da Escola da Magistratura Federal do Paraná – ESMAFE, Curitiba – PR.

Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida

Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora das Escolas Superiores da Magistratura, do Ministério Público, da OAB. Professora – Mestrado do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, São Paulo – SP.

Coral Aranguena Fanego

Catedrática de Derecho Procesal - Universidad de Valladolid.

Cristiane Farias Rodrigues dos Santos

Doutora em Direito pela Faculdade de Direito Universidade de São Paulo – FADUSP. Juíza Federal. Pesquisadora FADUSP – Políticas Públicas e Poder Judiciário.

Cristiane Vieira Jaccoud do Carmo Azevedo

Pós-Doutoranda no Instituto de Geociências da Universidade Federal Fluminense – UFF, Doutora pela COPPE – UFRJ e Mestre pela Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, Santos – SP. Advogada. Professora da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, Escola Superior de Advocacia Pública do Estado do Rio de Janeiro – ESAP, Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – ESAJ TJRJ, na Universidade Cândido Mendes – UCAM e na Escola Superior de Advocacia – ESA da OAB-RJ.

Cristiano Becker Isaia

Pós-Doutor e Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor do PPG Direito da Universidade Federal de Santa Maria RS – UFSM, Santa Maria – RS.

Cristina Guilarte Martín-Calero

Catedrática de Derecho Civil - Universidad de Valladolid.

Cristina Roy Pérez

Doutora em Direito. Professora de Direito Mercantil da Universitat Barcelona – Espanha.

Danielle de Andrade Moreira

Doutora e Mestre em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professora Adjunta da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO, Coordenadora do Grupo de Pesquisa – JUMA do NIMA/PUC-Rio, Rio de Janeiro – RJ.

Deilton Ribeiro Brasil

Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo IGC CDH da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal, Doutor em Estado e Direito: Internacionalização e Regulação pela Universidade Gama Filho – RJ e Mestre pela Faculdade de Direito Milton Campos de Belo Horizonte – MG. Professor da Graduação e do PPGD da Universidade de Itaúna – UIT, Itaúna – MG e das Faculdades Santo Agostinho – FASA, Montes Claros – MG.

Denise Hammerschmidt

Pós-Doutora e Doutora em Direito e Ciência Política pela Universidade de Barcelona – Espanha. Juíza. Professora Licenciada da Faculdade Curitiba e Professora Visitante do Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Norte Pioneiro – UENP, Jacareizinho – PR.

Dhenis Cruz Madeira

Doutor, Mestre e especialista em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas. Professor Adjunto dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas e da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora – MG.

Diego Nassif da Silva

Doutor e Mestre em Ciência Jurídica pela UENP. Professor universitário. Analista judiciário na Justiça Federal do Paraná (TRF4).

Dilson Jatahy Fonseca Neto

Doutor em Direito Civil e Mestre em Direito Romano e Sistemas Jurídicos Contemporâneos pela Universidade de São Paulo – USP, bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia – UFB, Salvador – BA, Pós-graduado em Direito Tributário pelo IBET, São Paulo – SP.

Douglas Henrique Marins dos Santos

Doutor em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP e Mestre em Direito pela Universidade do Porto – Portugal. Professor no Centro Universitário do Programa de Mestrado do Instituto de Educação Superior de Brasília IESB-DF, Brasília – DF.

Eder Bomfim Rodrigues

Pós-Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Doutor e Mestre em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas. Advogado. Professor dos Cursos de Graduação da Faculdade Minas Gerais e da Universidade Presidente Antônio Carlos – Campus Nova Lima – MG.

Edgardo Torres

Juiz-Presidente da Segunda Divisão Civil da Corte Superior de Lima Norte – Peru. Trabalha na Oficina de Controle da Magistratura – OCMA, como Adjunto na Unidade de Investigação e anticorrupção.

Edilene Lôbo

Doutora em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas e Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Advogada. Professora do Mestrado e da Graduação em Direito pela Universidade de Itaúna – UIT, Itaúna – MG.

Eduardo Biacchi Gomes

Pós-Doutor em Estudos Culturais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Advogado. Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR e Professor Adjunto do Curso de Direito UNINTER – Curitiba – PR.

Eduardo Molan Gaban

Doutor em Direito Constitucional e Econômico pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e New York University, como Visiting Fulbrighter. Professor Doutor da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP.

Eduardo Saldanha

Pós-Doutor em Direito pela Fordham USA, Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo – USP e Mestre em Direito Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, da UNIVALI, Itajaí – SC e da Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina – PR.

Elena Palomares

Doutora em Direito. Professora Associada Direito Civil da Universitat de Barcelona – Espanha.

Eneida Lima de Almeida

Doutora em Direito do Trabalho pela Universidade de Salamanca – Espanha. Membro integrado do Instituto Jurídico Portucalense – Portugal e do Centro de Estudios de la Mujer – CEMUSA – Espanha.

Erick Cavalcanti Linhares

Pós-Doutor em Direitos Humanos e Democracia pela Universidade de Coimbra, Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Roraima. Professor na Universidade Estadual de Roraima – UERR, Boa Vista – RR.

Érika Bechara

Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora de Direito Ambiental nos cursos de graduação e pós-graduação em Direito Ambiental da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, Professora de Direito Ambiental e Direito do Consumidor na graduação da Faculdade de Direito de Sorocaba, Sorocaba – SP.

Everton das Neves Gonçalves

Doutor em Direito Econômico pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e em Derecho Internacional pela Universidad de Buenos Aires, UBA-Bs. As – Argentina, Mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC-SC. Professor Associado do Departamento de Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Professor do Curso de Especialização em Direito Empresarial na UNESCO, Criciúma – SC.

Everton Luiz Zanella

Doutor em Processo Penal (PUC-SP). Mestre em Direito Penal (PUC-SP). Professor da Universidade Mackenzie e da Escola Superior do Ministério Público. Professor Convidado de cursos de Pós-Graduação. Promotor de Justiça (MPSP).

Fábio Carvalho Leite

Doutor em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e Mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado e graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Professor de Direito Constitucional em cursos de graduação, mestrado e doutorado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Rio de Janeiro – RJ.

Fábio Resende Leal

Doutor pela Instituição Toledo de Ensino – ITE-Bauru. Professor Adjunto da Universidade Paulista – UNIP, São Paulo – SP. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP, São Paulo – SP.

Fabício Veiga Costa

ós-Doutorado em Educação (UFMG). Doutorado em Direito (PUC-Minas). Professor do Mestrado e Doutorado em Proteção dos Direitos Fundamentais da Universidade de Itaúna.

Felipe Chiarello de Souza Pinto

Doutor e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor Titular da Faculdade de Direito e do Programa de mestrado e doutorado e Membro da Academia Mackenzista de Letras. Professor Colaborador do PPGD da Universidade de Passo Fundo – UPF, Passo Fundo – RS.

Felipe Dutra Asensi

Pós-Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos pelo IESP UERJ, Mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Advogado. Professor de mestrado e doutorado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Universidade Católica de Petrópolis – UCP e Universidade Santa Úrsula – USU.

Fernanda Ivo Pires

Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Advogada. Pesquisadora. Professora dos cursos de Pós-graduação da UCSal e da Unifacs, Professora do Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge, Salvador – BA e da Faculdade Social da Bahia, Salvador – BA.

Fernando Gaburri

Doutor em Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo – USP e Mestre em Direito Civil Comparado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e do Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN, Natal – RN.

Fernando Gustavo Knoerr

Doutor, Mestre em Direito do Estado e Bacharel pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor do Programa de mestrado do Centro Universitário Curitiba – UNICURITIBA, Professor da Escola da Magistratura do Paraná e da Fundação Escola do Ministério Público do Paraná, Curitiba – PR.

Fernando Machado

Doutor em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino – ITE Bauru e Mestre em Direito Processual pela Universidade Paranaense – UNIPAR. Assessor Jurídico da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Professor no Centro Universitário da Grande Dourados – UNI-GRAN, Dourados – MS.

Fernando René Graeff

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS com ênfase em Direito Civil, Direito de Família e Direito das Sucessões.

Fernando Rister de Souza Lima

Doutor em Filosofia do Direito e do Estado pela Faculdade de Direito da PUC-SP, com Estágio Doutoral sanduíche na Università degli Studi di Macerata – Itália. Professor Doutor Período Integral – PPI da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo – SP.

Fernando Sérgio Tenório de Amorim

Pós-Doutor em Direito pela Université de Montréal, Canadá – CRDP. Doutor e Mestre em Direito Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Procurador Judicial da Procuradoria-Geral do Município de Maceió. Coordenador da Graduação e da Pós-graduação Lato Sensu do Curso de Direito do Centro Universitário CESMAC, Maceió – AL.

Fladimir Jerônimo Belinati Martins

Doutor em Direito (Sistema Constitucional de Garantia de Direitos) pelo ITE-Bauru e graduado em Odontologia pela Universidade Estadual de Londrina. Juiz Federal. Professor no Centro Universitário Toledo, Presidente Prudente – SP.

Flávia Pereira Ribeiro

Doutora em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, especialista em Direito Imobiliário, Execução Civil e Desjudicialização. Advogada. Professora em Cursos de Processo Civil na Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo – SP.

Francisco Bissoli Filho

Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Procurador de Justiça do Ministério Público catarinense. Professor Adjunto de Direito Penal e Processual Penal da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC.

Francisco Glauber Pessoa Alves

Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Magistrado. Professor de Pós-graduação, Secretário-Geral do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP, Rio Grande do Norte. Membro da Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo – ANNEP, do Instituto Potiguar de Direito Processual Civil – IPPC e da Associação de Ciências Jurídicas e Sociais de Mossoró – ACJUS, Mossoró – RN.

Frederico Valdez Pereira

Doutor em Processo Penal pela Università degli Studi di Pavia – Itália, com período de cotutela no Doutorado em Ciências Criminais da PUC-RS, Mestre em Direito pela Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS. Juiz Federal. Professor na Escola Superior da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul, Bento Gonçalves – RS

Fulvia Helena de Gioia

Doutora em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Teoria do Estado, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Coordenadora Adjunta de Pesquisa e TCC e Professora na graduação na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora convidada da pós-graduação lato-sensu da Escola Paulista de Direito – EPD, São Paulo – SP.

Gina Vidal Marçílio Pompeu

Pós-Doutora em Direito pela Universidade de Lisboa – Portugal, Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Mestre pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Advogada. Coordenadora e Professora do PPGD da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Fortaleza – CE.

Giselle Marques de Araújo

Doutora em Direito pela Universidade Gama Filho, convalidado pela Universidade Veiga de Almeida. Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho. Professora de Direito Público da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Campo Grande – MS.

Giuliana Redin

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Professora do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Coordenadora do MIGRAIDH, Santa Maria – RS.

Gonçalo S. de Melo Bandeira

Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal e pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa. Advogado. Professor na Escola Estatal Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave – Portugal.

Gursen de Miranda

Doutor em Direito na Universidade Clássica de Lisboa – Portugal e Mestre em Direito Agrário na Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia – GO. Professor Decano da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Roraima – UFRR, Boa Vista – RR.

Ingo Wolfgang Sarlet

Doutor em Direito pela Ludwig Maximilians Universität München. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS, Professor Titular da Faculdade de Direito e dos Programas de Mestrado e Doutorado em Direito e em Ciências Criminais da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS.

Inmaculada García Presas

Doutora em Direito. Professora de Derecho Civil de la Universidad de A Coruña – Espanha.

Isaac Sabbá Guimarães

Doutor em Direito pela Università Degli Studi di Perugia – Itália, Doutor pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e Mestre pela Universidade de Coimbra – Portugal. Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina. Professor convidado da Escola do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Balneário Camboriú – SC.

Isaar Soares de Carvalho

Doutor em Filosofia pela UNICAMP. Pós-Doutor em Letras Clássicas e Vernáculas (USP). Experiência de 25 anos no Ensino Superior. Professor Substituto no IFCH - UNICAMP em 2013. Professor na UEMG - Campus de Frutal-MG, dedicando especial atenção nos seguintes temas: Filosofia, Filosofia e Teoria Política, Ética, Teologia, Teodicéia, Religião, Filosofia da Educação e Filosofia do Direito.

Ivan Luiz da Silva

Doutor e Mestre em Direito Penal pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Procurador de Estado de Alagoas. Professor de Direito da Faculdade de Tecnologia de Alagoas, Maceió – AL.

Jamile Bergamaschine Mata Diz

Doutora em Direito Público e Direito Comunitário pela Universidad de Alcalá de Henares – Espanha. Professora Adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, da Fundação Universidade de Itaipava e do Instituto Novos Horizontes, Belo Horizonte – MG.

Jane Lúcia Wilhelm Berwanger

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São paulo – PUC-SP, Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Advogada. Professora da Faculdade ATAME, da Faculdade IMED, do Instituto CENECISTA de Ensino Superior de Santo Ângelo – CNEC, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, do Instituto Latino-americano de Direito Social – IDS, do Centro Universitário Ritter dos Reis – UNIRITTER, da Universidade FEEVALE, da Escola de Magistratura Federal do Paraná, da Escola da Magistratura Federal do Rio de Grande do Sul, Porto Alegre – RS.

Jânia Maria Lopes Saldanha

Pós-Doutora em Direito do Institut des Hautes Études sur la Justice – Paris, Doutora em Direito Público pela UNISINOS e Mestrado em Integração Latino-Americana da UFSM. Professora do Departamento de Direito da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e do PPGD e da Escola de Direito da UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre – RS.

Jeferson Dytz Marins

Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Professor da graduação e pós-graduação da Universidade de Caxias do Sul – UCS, Professor da pós-graduação de diversas instituições de Ensino Superior, Coordenador das Especializações em Direito Empresarial e Processual da Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul – RS.

Jesualdo Eduardo de Almeida Junior

Pós-Doutor em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra – Portugal. Doutor e Mestre em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos pela ITE-Bauru. Professor e Coordenador da Escola Superior da Advocacia – OAB SP. Professor visitante da pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina – UEL, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Londrina – PR.

José Eduardo de Miranda

Doutor em Direito pela Universidad de Deusto – Espanha. Professor Convidado da Faculdade de Direito da Universidad de Deusto, em Bilbao – Espanha, da Faculdade de Direito da Universidad de Cantábria, em Santander – Espanha. Membro do Grupo de Pesquisa – CNPQ.

José Eduardo Figueiredo de Andrade Martins

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade de São Paulo. Advogado e Consultor Jurídico. Professor dos cursos de graduação em Direito e pós-graduação lato sensu em Direito Tributário da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, Campinas – SP.

José Ignacio Vásquez Márquez

Doutor em Direito Universidade de Los Andes. Professor de Direito Constitucional da Universidade do Chile – Chile.

José María Tovillas Moran

Doutor em Direito. Professor Titular de Direito Financeiro e Tributário da Universitat de Barcelona – Espanha.

José Osório do Nascimento Neto

Pós-Doutor pela Universidade MACKENZIE-SP. Doutor e Mestre em Direito Econômico e Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Professor do Centro Universitário UNIBRASIL, na ESTÁCIO-Curitiba, onde coordena a Iniciação Científica. Professor convidado da Pós-graduação da Universidade POSITIVO e da Escola da Magistratura Federal do Paraná – ESMAFE, Curitiba – PR.

José Renato Martins

Doutor em Direito Penal pela Universidade de São Paulo – USP. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Advogado. Professor e Coordenador da graduação e Especialização na – Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Piracicaba – SP.

José Sérgio da Silva Cristóvam

Doutor em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com estágio de Doutorado junto à Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professor de cursos de Pós-Graduação no CESUSC, UNIDAVI, ENA Brasil, UnC, UNOESC, UNISUL, Estácio de Sá e da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC.

José Osório do Nascimento Neto

Pós-doutor em Direito Político e Econômico pela Universidade MACKENZIE/SP. Doutor e Mestre em Direito Econômico e Social pela PUC Paraná. Professor com especial ênfase nas seguintes áreas: Direito Econômico e Administrativo, Administração Pública, Regulação, Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Judith Solé Resina

Doutora em Direito. Professora Titular de Direito Civil da Universitat Autònoma de Barcelona – Espanha.

Júlia Gomes Pereira Maurmo

Doutora em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora Adjunta de Direito Penal, Processo Penal e Prática Jurídica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Professora Substituta de Direito Civil da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Vice-Coordenadora e Professora do PPGD *lato sensu* em Direito Processual Contemporâneo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Santa Úrsula – USU, Rio de Janeiro – RJ.

Juliana Teixeira Esteves

Pós-Doutora em Economia Política no Institute de Recherche Economiques et Sociales – França. Doutora em Direito e Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Advogada. Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife – PE.

Larissa Pinho de Alencar Lima

Doutora em Ciências Políticas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Juíza de Direito. Professora de Direito Constitucional no curso de pós-graduação da Escola da Magistratura do TJRO, Santa luzia d' oeste – RO.

Lenio Luiz Streck

Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa – Portugal, Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Advogado. Professor Titular do PPGD mestrado e doutorado da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor Permanente da Universidade Estácio de

Sá – UNESA-RJ, da Scuola Dottorale Tulio Scarelli, Itália, da Universidad Javeriana, Colômbia e da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal. Membro Catedrático da Academia Brasileira de Direito Constitucional – ABDConst. Coordenador do Núcleo de Estudos Hermenêuticos, Porto Alegre – RS.

Léo Brust

Doutor em Nuevas Tendencias En Derecho Constitucional pela Universidad de Salamanca – ESPAÑA, reconhecido pela Universidade de São Paulo – USP. Doutor em Direito do Estado e Mestre em Ciência Política pela Universidade Técnica de Lisboa – Portugal, reconhecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Advogado. Professor da Facultad de Derecho de la Universidad de Salamanca – Usal – Espanha.

Leonardo Estevam de Assis Zanini

Livre-docente e doutor em Direito Civil pela USP. Pós-doutorado em Direito Civil no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht (Alemanha) e em Direito Penal no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht (Alemanha). Doutorando em Direito Civil pela Albert-Ludwigs-Universität Freiburg (Alemanha). Mestre em Direito Civil pela PUC-SP. Bacharel em Direito pela USP. Juiz Federal. Professor Universitário (Universidade de Araraquara). Pesquisador do grupo Novos Direitos CNPq/UFSCar. Autor de livros e artigos. Foi bolsista da Max-Planck-Gesellschaft e da CAPES. Foi Delegado de Polícia Federal, Procurador do Banco Central do Brasil, Defensor Público Federal, Diretor da Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul e Diretor Acadêmico da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores da Justiça Federal em São Paulo.

Leonardo Nemer

Doutor em Direito Internacional pela Université Paris X Nanterre – France, Mestrado e graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor Adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e da PUC-Minas, Belo Horizonte – MG.

Lourenço de Miranda Freire Neto

Doutor em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestre em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco. Advogado. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba e Professor efetivo na Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Lucas Abreu Barroso

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professor da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória – ES.

Luciana Cordeiro de Souza Fernandes

Doutora e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. Professora na Faculdade de Ciências Aplicadas e na Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professora plena no Programa de Pós-graduação em Ensino e História das Ciências da Terra no Instituto de Geociências – UNICAMP, Limeira – SP.

Luciana Mendes Pereira

Doutora em Estudos da Linguagem, Mestre em Direito Negocial e especialista em Direito Empresarial e em Bioética pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Professora de Direito Civil no Departamento de Direito Privado da Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina – PR.

Luciano Nascimento Silva

Pós-Doutor em Teoria e Sociologia do Direito no Centro di Studi sul Rischio – Dipartimento di Scienze Giuridiche della Facoltà di Giurisprudenza dell'Università del Salento, Lecce – Itália, Doutor em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – FDUC – Portugal e Mestre em Direito Penal pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo – USP. Professor na Escola da Magistratura do Estado da Paraíba – ESMA PB, nos cursos de Especialização da Escola Superior de Advocacia de São Paulo ESA OABSP, Professor Assistente na Faculdade de Direito do Largo São Francisco da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP.

Luciano Rocha Santana

Doutor pela Universidade de Salamanca – USAL – Espanha, Mestre em Filosofia Moral pela USAL – Espanha. Professor Pesquisador da ICALP/ UAB/ES e NIPE-DA/UFBA, Salvador – BA.

Luciano Velasque Rocha

Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Sergipe – UFS. Advogado, São Paulo – SP.

Luigi Bonizzato

Doutor e bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito e do Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro – RJ.

Luís Guilherme Soares Maziero

Doutor em Direito pelo ITE – Bauru, Advogado. Professor na Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, Campinas – SP.

Luís Henrique Barbante Franzé

Pós-Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Doutor em Processo Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru. Professor no programa de mestrado da Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha em Marília – UNIVEM, Marília – SP e no programa de graduação da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Piracicaba – SP.

Luiz Edson Fachin

Pós-Doutor pela Ministério das Relações Exteriores do Canadá. Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Ministro do Supremo Tribunal Federal. Professor na Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba – PR.

Luiz Eduardo Gunther

Pós-Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Desembargador do Trabalho no TRT 9 PR. Professor na UNICURITIBA, Curitiba – PR.

Luiz Henrique Sormani Barbugiani

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo PUC-SP. MBA em Gestão Estratégica pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Pós-graduado em Processo Civil, Arbitragem e Mediação pela Universidade de Salamanca – Espanha.

Luiz Olavo Baptista

Doutor em Direito Internacional na Université Paris II – França, Doutor Honoris Causa pela Universidade de Lisboa – Portugal. Árbitro na Câmara de Arbitragem Comercial Brasil (CAMARB). Advogado. Professor na Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP.

Manuel Martínez Neira

Doutor em Direito. Professor Universitário na Universidad Carlos III de Madrid – Espanha.

Mara Darcanchy

Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora Visitante e PNPd-CAPES do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba UNICURITIBA, Curitiba – PR.

Maraluce Maria Custódio

Doutora em Geografia pela UFMG em programa de cotutela com a Université d'Avignon, Mestre e graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Master en Derecho Ambiental pela Universidad Internacional de Andalucía – Espanha. Professora permanente do PPGD da Escola Superior Dom Helder Câmara, Belo Horizonte – MG.

Marcelo Buzaglo Dantas

Doutor e Mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor da Escola de Preparação e Aperfeiçoamento do Ministério Público de Santa Catarina – EPAMPSC, Professor Permanente dos Cursos de graduação, mestrado e doutorado da UNIVALI, Florianópolis – SC e dos Cursos de Especialização em Direito Ambiental da PUC – SP, PUC-RJ, UNISINOS, CESUSC e Professor Visitante dos Cursos de Mestrado e Doutorado do Instituto Universitario del Agua y de las Ciencias Ambientales da Universidad de Alicante e da Widener University Delaware Law School.

Marcelo Guerra Martins

Doutor em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Juiz Federal. Professor da graduação e mestrado em Direito do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, São Paulo – SP.

Marcelo Paulo Maggio

Doutor pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – FSP USP, Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade Estadual de Londrina – FD UEL. Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado do Paraná. Professor de Direito Sanitário da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Paraná – FEMPAR, Curitiba – PR.

Márcia Haydée Porto de Carvalho

Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Graduada em Direito e em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Promotora de Justiça no estado do Maranhão. Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, onde ministra para a graduação em Direito e no mestrado em Direito e Instituições do Sistema de Justiça. Professora Pesquisadora da Universidade Ceuma – UNICEUMA, São Luiz – MA.

Márcio Bambirra Santos

Doutor em Administração pela Universidade FUMEC, com especializações em Política Científico – Tecnológica – PLADES-BSB e Computação Científica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG. Mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais – PUC-MG. Professor, Administrador de Empresas, Economista, Palestrante e consultor em empresas e grupos nacionais e internacionais, Belo Horizonte – MG.

Marcos Antônio César Villatore

Pós-Doutor - UNIROMA II. Doutor UNIROMA, revalidado pela USFC. Mestre pela PUC/SP. Prof. Uninter. Graduação, Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado pela UFSC. Coordenador da Especialização ABBCONST. Advogado.

Marco Aurélio Serau Júnior

Doutor e Mestre EM Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo – USP. Professor na Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba – PR.

Marcos Augusto Maliska

Pós-Doutor pelo Instituto Max Planck de Direito Público de Heidelberg – Alemanha, Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Procurador Federal. Professor visitante permanente na Faculdade de Direito de Francisco Beltrão – Cesul, Professor Adjunto do PPGD na UniBrasil, Curitiba – PR.

Marcus Maurer de Salles

Doutor em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo – USP, com estágio doutoral junto a Cátedra Internacional OMC Integração Regional da Universidade de Barcelona – UB – Espanha e Mestre em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Professor Adjunto da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios – EPPEN da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, São Paulo – SP.

Maria Carolina Carvalho de Almendra Freitas

Doutoranda em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre em Direito Internacional e Econômico pela Universidade Católica de Brasília – UCB. Professora substituta na Universidade Estadual do Piauí – UESPI, na Faculdade Integral Diferencial e no Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba – CESVALE, Teresina – PI.

Maria Cecília Cury Chaddad

Doutora e Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo – SP. Advogada.

Maria Luiza Granziera

Doutora em Direito do Departamento de Direito Econômico e Financeiro e Mestre em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo – USP. Professora da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP e Professora associada do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito Ambiental da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, Santos – SP.

Marianna Almeida Chaves Pereira Lima

Doutora em Direito Civil pela Universidade de Coimbra – Portugal e Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP. Advogada. Pesquisadora do Centro de Investigação da Universidade de Lisboa e Professora, Recife, PE.

Mário João Ferreira Monte

Doutor em Ciências Jurídico-Criminais com título emitido pela Universidade do Minho – Portugal, Mestre e Pós-graduado e Licenciatura em ciências jurídico-criminais

pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Professor Catedrático de direito penal na Escola de Direito da Universidade do Minho – Portugal.

Mário Luiz Ramidoff

Pós-Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Doutor em Direito pelo PPGD da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Desembargador no TJPR. Professor na UNICURITIBA, Curitiba – PR.

Marta Villarín Lagos

Profesora Titular de Derecho Financiero - Universidad de Valladolid.

Melina de Souza Rocha Lukic

Doutora e Mestre pela Université Paris III – Sorbonne Nouvelle em cotutela com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Professora da FGV-Direito Rio. Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Direito e Economia – CPDE da FGV-Direito Rio, Rio de Janeiro – RJ.

Melina Girardi Fachin

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora Adjunta dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba – PR.

Milena Petters Melo

Doutora em Direito pela UNISALENTO – Itália. Professora da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Coordenadora do Doutorado Interinstitucional em Direito DINTER FURB – UNISINOS, Professora e Coordenadora para a área lusófona do Centro Didático Euro-Americano sobre Políticas Constitucionais – CEDEUAM, UNISALENTO, Itália, Professora da Academia Brasileira de Direito Constitucional – ABDConst, Professora do Programa de Doutorado em Ciências Jurídicas e Políticas, Universidade Pablo de Olavide – UPO – Espanha, Professora no Programa Máster-Doutorado Oficial da União Européia – Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo, Universidade Pablo de Olavide – UPO Universidad Internacional da Andaluzia – UNIA – Espanha.

Mônica Silveira Vieira

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Juíza de Direito do Estado de Minas Gerais. Professora assistente licenciada da Faculdade de Direito Milton Campos, Belo Horizonte – MG.

Montserrat de Hoyos Sancho

Profesora Titular de Derecho Procesal - Universidad de Valladolid.

Nelson Finotti Silva

Doutor em Processo Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito do Estado pela Universidade de Franca – UNIFRAN. Procu-

rador de Estado. Professor do Curso de Mestrado em Direito do Centro Universitário Eurípedes de Marília – UNIVEM, Marília – SP e do Curso de Graduação em Direito do Instituto Municipal de Ensino Superior – IMES Catanduva, Catanduva – SP.

Nelson Flavio Firmino

Pós-Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra – Portugal, Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino e Mestre em Direito Internacional Público pela Universidade de Wisconsin – EUA. Advogado. Professor de Pós-Graduação da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro – RJ.

Nuno M. Pinto de Oliveira

Doutor em Ciências Jurídicas do Instituto Universitário Europeu de Florença – Italia. Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal. Professor-associado da Escola de Direito da Universidade do Minho – Portugal.

Nuria Belloso Marín

Doutora em Direito pela Universidade de Valladolid – Espanha. Professora Titular de Filosofia do Direito na Universidade de Burgos – Espanha. Coordenadora do Programa de Doutorado em Direito Público. Representante do Dpto. de Direito na Comissão de Doutorado e dirige o Curso de Pós-Graduação Universitário em Mediação Familiar na Universidade de Burgos – Espanha.

Oswaldo Ferreira de Carvalho

Pós-Doutor e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal, Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-Goiás. Professor na Escola de Direito e Relações Internacionais da PUC-GO e na Universidade Estácio de Sá unidade em Goiânia – GO.

Patricia Regina Pinheiro Sampaio

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo – USP. Professora da FGV – Direito Rio – Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas. Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Direito e Economia – CPDE da FGV-Direito Rio, Rio de Janeiro – RJ.

Paulo Bueno de Azevedo

Doutor em Direito Penal pela Universidade de São Paulo – USP, Mestre pela Mackenzie, Especialista pela Universidade de Coimbra – Portugal e pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Coordenador e Professor de cursos na Escola de Magistrados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Convidado como juiz formador no curso de formação inicial de magistrados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Professor convidado de cursos de pós-graduação, São Paulo – SP.

Paulo Ferreira da Cunha

Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal e Doutor em Direito pela Universidade de Paris II. Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto – Portugal.

Paulo Nalin

Pós-Doutor pela Universidade de Basileia – Suíça. Doutor em Direito das Relações Sociais e Mestre em Direito Privado pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor na LLM da SILS – Suíça Internacional, Low School, na Universidade Federal do Paraná – UFPR, Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Curitiba – PR.

Paulo Renato Fernandes da Silva

Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense – UFF e Mestre em Direito Empresarial pela Universidade Cândido Mendes. Advogado. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Rio de Janeiro – RJ.

Pilar Carolina Villar

Doutora e Mestre em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo – USP. Professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, SÃO Paulo – SP.

Rennan Faria Kruger Thamy

Pós-Doutor em Direito pela Universidade de Lisboa – Portugal, Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS e Mestre em Direito pela UNISINOS e pela PUC-Minas. Professor Titular do PPGD da FADISP. Professor da pós-graduação lato sensu da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, do Mackenzie, da Escola Paulista de Direito – EPD e Professor Titular do Estratégia Concursos e do UNASP, São Paulo – SP.

Ricardo Maurício Freire Soares

Pós-Doutor em Direito Constitucional Comparado pela Università degli Studi di Roma La Sapienza, pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata e pela Università del Salento. Doutor pela Università del Salento USP, Doutor em Direito Público e Mestre em Direito Privado pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, da Faculdade Baiana de Direito e UNIRUY e Professor – Coordenador do Curso de Direito da Estácio de Sá – FIB, Salvador – BA.

Roberta Corrêa de Araujo

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Juíza Federal do Trabalho TRT 6ª Região. Coordenadora do curso de Direito da Faculdade de Olinda – FOCCA, Olinda – PE.

Roberto Wagner Marquesi

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco da Universidade de São Paulo – USP. Professor dos Cursos de Mestrado e de Graduação e Pós-Graduação em Direito Civil na Universidade Estadual de Londrina – UEL e na Universidade Católica do Paraná na Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Londrina – PR.

Rogério Piccino Braga

Pós-Doutorando no Ius Gentium Conimbrigae da Universidade de Coimbra – Portugal. Doutor e Mestre em Direito Constitucional pelo Centro Universitário de Bauru – CEUB ITE. Advogado. Professor Permanente do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu do ProIuris Estudos Jurídicos, Professor na Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP e na Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR, Bandeirantes – PR.

Romeu Faria Thomé da Silva

Pós-Doutor em Direito Ambiental pela Université Laval – Canadá, Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG. Professor permanente do PPGD da Escola Superior Dom Helder Câmara, Belo Horizonte – MG.

Romulo Palitot

Doutor e Mestre em Direito Penal pela Universitat de València – Espanha. Professor de Direito Penal da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas – PPGCJ UFPB, João Pessoa – PB.

Ronaldo Alves Marinho da Silva

Doutor em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie – SP e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR. Delegado de Polícia Civil. Professor Adjunto da Universidade Tiradentes, Aracaju – SE.

Ronny Francy Campos

Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo – USP, Doutor e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor adjunto na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas em Poços de Caldas e Coordenador da Clínica-Escola e Professor na PUC-Minas, Poços de Caldas – MG.

Roseli Borin

Pós-Doutora em Derecho Procesual en el Sistema Ítalo-Germano pela Università Degli Studi di Messina – Itália, Doutora em Sistemas Constitucionais de Garantias de Direito pela Instituição Toledo de Ensino – ITEBauru – SP, Mestre em Direitos da Personalidade e Especialista em Direito Civil – Sucessões, Família e Processo Civil pelo Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR. Advogada. Professora de Pós-graduação na Escola da Magistratura de Paraná e na Universidade Paranaense – UNIPAR, Maringá – PR.

Saulo Tarso Rodrigues

Pós-Doutor em Direito pela Universidade de Uppsala – Suécia e Doutor em Sociologia Jurídica pela Universidade de Coimbra – Portugal. Professor dos programas de mestrado em Direito Ambiental da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e em Direitos Humanos da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados – MS.

Sérgio Guerra

Pós-Doutor Visiting Researcher, Yale Law School, Doutor e Mestre em Direito. Pós-Doutor em Administração Pública. Diretor e Professor Titular de Direito Administrativo da FGV-Direito Rio. Coordenador Geral do Curso Internacional Business Law da University of California – Irvine. Embaixador da Yale University no Brasil. Vogal da Comissão de Arbitragem e Árbitro da Câmara FGV de Mediação e Arbitragem, Rio de Janeiro – RJ.

Sergio Said Staut Júnior

Pós-Doutor no Centro di Studi per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno, Università degli Studi di Firenze – Itália. Doutor, Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Professor Adjunto da Faculdade de Direito e do Mestrado em Psicologia Forense da Universidade Tuiuti do Paraná – UTP. Professor Adjunto de Teoria do Direito nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação de mestrado e doutorado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba – PR.

Sergio Torres Teixeira

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Desembargador do TRT 6ª Região. Professor Adjunto da FDR UFPE e da UNICAP, Coordenador Científico e Diretor da Escola Superior da Magistratura do Trabalho – ESMATRA e professor/instrutor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, da Escola Judicial do TJPE – ESMape, da Escola Judicial do TRT6, Jaboatão dos Guararapes – PE.

Silmara Domingues Araújo Amarilla

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo – FADISP, São Paulo – SP. Advogada, com especial interesse em: Direito da Família e Sucessões, Direitos da Personalidade e Responsabilidade Civil.

Suzéte da Silva Reis

Doutora em Direito pela UNISC. Professora do PPGD - Mestrado e Doutorado da UNISC. Coordenadora do Grupo de Estudos: Relações de Trabalho da Contemporaneidade.

Sybelle Luzia Guimarães Drumond

Doutora em Direito Público e Evolução Social pela Universidade Estácio de Sá – UNESA, Mestra em Direito Econômico e Regulação pela Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro – RJ, Pós-graduada em Direito Tributário e Previdenciário pela Universidade Gama Filho, MBA em Gestão Empresarial Fundação Getúlio Vargas e Pós-graduação em Métodos Estatísticos Computacionais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de fora – MG.

Tercio Sampaio Ferraz Júnior

Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo e em Filosofia pela Johannes Gutenberg Universität, Mainz – Alemanha. Professor Titular Aposentado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP – São Paulo-SP.

Tiago Vinicius Zanella

Doutor em Ciências Jurídicas Internacionais e Europeias pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Direito Internacional e Relações Internacionais pela Faculdade de Direito de Lisboa – Portugal. Professor de Direito Internacional Público e Direito do Mar, Belo Horizonte – MG.

Vanessa Fusco Nogueira Simões

Doutora em Direito pela Universidade de Barcelona. Professora do Curso de Pós-Graduação da Fundação Escola Superior do MPMG.

Vanilda Aparecida dos Santos

Doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora de Psicologia do Trabalho, com especial destaque em: Psicologia Social, Psicologia do Trânsito, Psicologia do Esporte, Direitos Humanos, Corrupção.

Vera Lúcia Rocha Souza Jucovsky

Doutora em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal e Mestre em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo – SP. Professora de Direito Civil, Processo Civil e de Direito Ambiental.

Victor Hugo Tejerina Velazquez

Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Coordenador do Núcleo de Estudos de Direito Ambiental, Empresarial e da Propriedade Intelectual – NEDAEP do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP. Professor Horista e Coordenador do Núcleo de Estudo de Propriedade Intelectual – NEPI do Curso de Direito do Centro Universitário Adventista de São Paulo – UNASP, Eng. Coelho – SP.

Vinicius Almada Mozetic

Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor titular do Programa de Pós-graduação – Mestrado em Direito da UNOESC – Dimensões Materiais e Eficácias dos Direitos Fundamentais, Xanxerê – SC.

Vitor Hugo Mota de Menezes

Pós-Doutor em Direito pela Università Federale degli Studi di Messina – Italia, Doutor em Direito Constitucional pela Faculdade de Direito de São Paulo – FADISP e Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Professor da Graduação e Pós-Graduação do Centro Integrado de Ensino Superior – CIESA, Manaus – AM.

Viviane Coêlho de Séllos-Knoer

Pós-Doutora pela Universidade de Coimbra – Portugal, Doutora em Direito do Estado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professora e Coordenadora do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania na UNICURITIBA, Curitiba – PR.

Wagner José Penereiro Armani

Doutor em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito Civil pela Universidade Metodista de Piracicaba. Professor de Direito Comercial, Processual Civil e Prática Jurídica pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, Campinas – SP.

Willis Santiago Guerra Filho

Pós-Doutor em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Doutor em Ciência do Direito pela Universidade de Bielefeld – Alemanha, em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em Comunicação e Semiótica e em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Professor Titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro – RJ.

Wilson Engelmann

Doutor e Mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor do Programa de Pós-graduação em Direito da UNISINOS. Professor do PPG da UNISINOS, São Leopoldo – RS.

MEMBROS DO CORPO DE PARECERISTAS QUE AVALIARAM OS ARTIGOS DESTA OBRA

Aloisio Khroling

Pós-Doutor em Filosofia Política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Doutor em Filosofia pelo Instituto Santo Anselmo em Roma - Itália, reconhecido como PH.D em Filosofia pela UFES. Mestre em Teologia e Filosofia pela Universidade Gregoriana – Roma - e em Sociologia Política pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Professor Titular na Graduação e no Mestrado da Faculdade de Direito de Vitória – FDV, Vitória - ES.

Ana Rachel Freitas da Silva

Doutora e Mestre em Direito das Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília - UniCeub. Professora no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília - DF.

Andréia Macedo Barreto

Pós-Doutorado pelo *lus Gentium* Conimbrigae, Centro de Direitos Humanos, sediado na Universidade de Coimbra - Portugal. Doutora e Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém - PA. Defensora pública do Estado do Pará.

Antônio Carlos Efiging

Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Curitiba - PR.

Augusto Martinez Perez

Doutor em Direito do Estado e Mestre em Direito Penal pela Universidade de São Paulo - USP. Juiz Federal. Professor Titular da Universidade de Ribeirão Preto – UNIP, Ribeirão Preto - SP.

Antônio Pereira Gaio Júnior

Pós-Doutorado em Direito pela Universidade de Coimbra - Portugal e em Democracia e Direitos Humanos pelo *lus Gentium* Conimbrigae - Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - Portugal. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho. Professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro -RJ.

Bruno César Lorencini

Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo - USP e Doutor em Direito Processual, Administrativo e Financeiro pela Universidade de Salamanca – Espanha. Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor do PPGD da Faculdade Alves Faria – ALFA, São Paulo - SP.

Bruno Gomes Borges da Fonseca

Pós-Doutor em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES e Pós-doutorando em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG. Doutor e Mestre em Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória - FDV. Procurador do Trabalho na 17ª Região. Professor da graduação e pós-graduação da Faculdade de Direito de Vitória - FDV, do Programa de mestrado Profissional da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e da Pós-graduação da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, Vitória - ES.

Carina Costa de Oliveira

Pós-Doutora pela University of Cambridge - Cambridge Centre for Environment, Energy and Natural Resource Governance – CEENRG, Doutora em Direito Internacional na Universidade Paris II-Panthéon Assas e Mestre Direito Internacional pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Professora adjunta da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, Brasília - DF.

Carlos Magno de Souza Paiva

Doutor em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-Minas e Mestre em Direito Público pela Universidade de Coimbra - Portugal. Professor Adjunto do Departamento de Direito da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, Ouro Preto - MG.

Deilton Ribeiro Brasil

Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos pelo IGC CDH da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra – Portugal, Doutor em Estado e Direito: Internacionalização e Regulação pela Universidade Gama Filho – RJ e Mestre pela Faculdade de Direito Milton Campos de Belo Horizonte - MG. Especialista e Bacharel pela UNIPAC - Universidade Presidente Antônio Carlos. Professor da Graduação e do PPGD da Universidade de Itaúna – UIT, Itaúna - MG e das Faculdades Santo Agostinho – FASA, Montes Claros - MG.

Eder Bomfim Rodrigues

Pós-Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Doutor e Mestre em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-Minas. Advogado. Professor dos Cursos de Graduação da Faculdade Minas Gerais e da Universidade Presidente Antônio Carlos - Campus Nova Lima - MG.

Edgardo Torres

Juiz-Presidente da Segunda Divisão Civil da Corte Superior de Lima Norte, Peru. Trabalha na Oficina de Controle da Magistratura – OCMA, como Adjunto na Unidade de Investigação e anticorrupção.

Edilene Lôbo

Doutora em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-Minas e Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Advogada. Professora do Mestrado e da Graduação em Direito pela Universidade de Itaúna - UIT, Itaúna - MG.

Fernando Machado

Doutor em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino – ITE Bauru e Mestre em Direito Processual pela Universidade Paranaense – UNIPAR. Assessor Jurídico da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Professor no Centro Universitário da Grande Dourados – UNI-GRAN, Dourados – MS.

Fernando René Graeff

Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS com ênfase em Direito Civil, Direito de Família e Direito das Sucessões.

Fernando Sérgio Tenório de Amorim

Pós-Doutor em Direito pela Université de Montréal, Canadá - CRDP. Doutor e Mestre em Direito Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Procurador Judicial da Procuradoria-Geral do Município de Maceió. Coordenador da Graduação e da Pós-graduação Lato Sensu do Curso de Direito do Centro Universitário CESMAC, Maceió - AL.

Fulvia Helena de Gioia

Doutora em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Teoria do Estado, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Coordenadora Adjunta de Pesquisa e TCC e Professora na graduação na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora convidada da pós-graduação lato-sensu da Escola Paulista de Direito – EPD, São Paulo - SP.

Gursen de Miranda

Doutor em Direito na Universidade Clássica de Lisboa – Portugal e Mestre em Direito Agrário na Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia – GO. Professor Decano da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Roraima – UFRR, Boa Vista - RR.

Jane Lúcia Wilhelm Berwanger

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Advogada. Professora da Faculdade ATAME, da Faculdade IMED, do Instituto CENECISTA de Ensino Superior de Santo Ângelo - CNEC, Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR, do Instituto Latino-americano de Direito Social - IDS, do Centro Universitário Ritter dos Reis - UNIRITTER, da Universida-

de FEEVALE, da Escola de Magistratura Federal do Paraná, da Escola da Magistratura Federal do Rio de Grande do Sul, Porto Alegre - RS.

Jeferson Dytz Marins

Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Professor da graduação e pós-graduação da Universidade de Caxias do Sul – UCS, Professor da pós-graduação de diversas instituições de Ensino Superior, Coordenador das Especializações em Direito Empresarial e Processual da Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul - RS.

Jesualdo Eduardo de Almeida Junior

Pós-Doutor em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra - Portugal. Doutor e Mestre em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos pela ITE-Bauru. Professor e Coordenador da Escola Superior da Advocacia – OAB SP. Professor visitante da pós-graduação da Universidade Estadual de Londrina - UEL, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUC-PR, Londrina - PR.

José Eduardo de Miranda

Doutor em Direito pela Universidad de Deusto - Espanha. Professor Convidado da Faculdade de Direito da Universidad de Deusto, em Bilbao – Espanha, da Faculdade de Direito da Universidad de Cantábria, em Santander – Espanha. Membro do Grupo de Pesquisa – CNPQ.

José Eduardo Figueiredo de Andrade Martins

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade de São Paulo. Advogado e Consultor Jurídico. Professor dos cursos de graduação em Direito e pós-graduação lato sensu em Direito Tributário da Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, Campinas - SP.

José Ignacio Vásquez Márquez

Doutor em Direito Universidade de Los Andes. Professor de Direito Constitucional da Universidade do Chile - Chile

Judith Sole Resina

Doutora em Direito. Professora Titular de Direito Civil da Universitat Autònoma de Barcelona - Espanha.

Isaac Sabbá Guimarães

Doutor em Direito pela Università Degli Studi di Perugia – Itália, Doutor pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI e Mestre pela Universidade de Coimbra - Portugal. Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina. Professor convidado da Escola do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Balneário Camboriú - SC.

Lenio Luiz Streck

Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa – Portugal, Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Advogado. Professor Titular do PPGD mestrado e doutorado da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Professor Permanente da Universidade Estácio de Sá - UNESA-RJ, da Scuola Dottorale Tullio Scarelli, Itália, da Universidad Javeriana, Colômbia e da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - Portugal. Membro Catedrático da Academia Brasileira de Direito Constitucional - ABDConst. Coordenador do Núcleo de Estudos Hermenêuticos, Porto Alegre - RS.

Lourenço de Miranda Freire Neto

Doutor em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestre em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco. Advogado. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba e Professor efetivo na Universidade Federal da Paraíba - UFPE.

Lucas Abreu Barroso

Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Goiás - UFG. Professor da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Vitória - ES.

Luciana Mendes Pereira

Doutora em Estudos da Linguagem, Mestre em Direito Negocial e especialista em Direito Empresarial e em Bioética pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Professora de Direito Civil no Departamento de Direito Privado da Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina - PR.

Luigi Bonizzato

Doutor e bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito e do Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro - RJ.

Luis Henrique Barbante Franzé

Pós-Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Doutor em Processo Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito de Bauru. Professor no programa de mestrado da Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha em Marília – UNIVEM, Marília - SP e no programa de graduação da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, Piracicaba - SP.

Luiz Eduardo Gunther

Pós-Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR. Desembargador do Trabalho no TRT 9 PR. Professor na UNICURITIBA, Curitiba - PR.

Manuel Martínez Neira

Doutor em Direito; Professor Titular da Faculdade de Ciências Sociais e Direito da Universidade Carlos III de Madrid

Mara Darcanchy

Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Professora Visitante e PNPd-CAPES do Programa de Mestrado em Direito Empresarial e Cidadania do Centro Universitário Curitiba UNICURITIBA, Curitiba - PR.

Marco Antônio César Villatore

Professor do Centro Universitário Internacional – UNINTER e da Graduação e do PPGD (Mestrado e Doutorado) da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Coordenador da Especialização em Direitos e Processos do Trabalho e Previdenciário da ABDConst, Professor Convidado da Especialização da PUCRS Advogado. Pós-doutor pela UNIROMA II – Tor Vergata, Doutor pela UNIROMA I – Sapienza e Mestre pela PUCSP. Membro Titular da Cadeira nº. 73 da Academia brasileira de Direito do Trabalho. Membro Correspondente do Paraná da Academia Sul-Rio-Grandense de Direito do Trabalho e do Centro de Letras do Paraná. Líder do NEATES.

Maria Luiza Granziera

Doutora em Direito do Departamento de Direito Econômico e Financeiro e Mestre em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo - USP. Professora da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – USP e Professora associada do Programa de Mestrado e Doutorado em Direito Ambiental da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, Santos - SP.

Mário Luiz Ramidoff

Pós-Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e Doutor em Direito pelo PPGD da Universidade Federal do Paraná - UFPR. Desembargador no TJPR. Professor na UNICURITIBA, Curitiba - PR.

Mônica Silveira Vieira

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Juíza de Direito do Estado de Minas Gerais. Professora assistente licenciada da Faculdade de Direito Milton Campos, Belo Horizonte - MG.

Nelson Flavio Firmino

Pós-Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra – Portugal, Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidad del Museo Social Argentino e Mestre em Direito Internacional Público pela Universidade de Wisconsin - EUA. Advogado. Professor de Pós-Graduação da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro - RJ.

Nuno M. Pinto de Oliveira

Doutor em Ciências Jurídicas do Instituto Universitário Europeu de Florença – Italia. Licenciatura em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra - Portugal. Professor-associado da Escola de Direito da Universidade do Minho - Portugal.

Nuria Beloso Marín

Doutora em Direito pela Universidade de Valladolid - Espanha. Professora Titular de Filosofia do Direito na Universidade de Burgos – Espanha. Coordenadora do Programa de Doutorado em Direito Público. Representante do Dpto. de Direito na Comissão de Doutorado e dirige o Curso de Pós-Graduação Universitário em Mediação Familiar na Universidade de Burgos - Espanha.

Paulo Bueno de Azevedo

Doutor em Direito Penal pela Universidade de São Paulo – USP, Mestre pela Mackenzie, Especialista pela Universidade de Coimbra – Portugal e pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Coordenador e Professor de cursos na Escola de Magistrados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Convidado como juiz formador no curso de formação inicial de magistrados do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Professor convidado de cursos de pós-graduação, São Paulo - SP.

Paulo Nalin

Pós-Doutor pela Universidade de Basiléia - Suíça. Doutor em Direito das Relações Sociais e Mestre em Direito Privado pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professor na LLM da SILS - Suíssi Internacional, Low School, na Universidade Federal do Paraná - UFPR, Pontifícia Universidade Católica do paraná - PUC-PR, Curitiba - PR.

Patricia Regina Pinheiro Sampaio

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade de São Paulo - USP. Professora da FGV- Direito Rio – Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas. Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Direito e Economia – CPDE da FGV-Direito Rio, Rio de Janeiro – RJ

Rogério Piccino Braga

Pós-Doutorando no lus Gentium Conimbrigae da Universidade de Coimbra - Portugal. Doutor e Mestre em Direito Constitucional pelo Centro Universitário de Bauru – CEUB ITE. Advogado. Professor Permanente do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu do Projuris Estudos Jurídicos, Professor na Faculdade de Direito da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP e na Universidade do Norte do Paraná – UNOPAR, Bandeirantes - PR.

COLABORADORES

Anatercia Rovani Pilati
Andrés Felipe T. S. Guardia
Andreza Cristina Baggio
Angela Alves de Sousa
Antônio Carlos C. de Leão
Antonio Felipe Delgado Jiménez
Begoña Fernández Flores
Camila Gil Marquez Bresolin
Carla Patricia Finatto
Carmen Yolanda Valero Fernández
Chelsea Almeida Silveira
Cintia Estefania Fernandes
Cláudio Finkelstein
Clayton Reis
Cristina Roy Pérez
Deilton Ribeiro Brasil
Dhenis Cruz Madeira
Edna Raquel Hogemann
Elva Felicia Reátegui Cipriani
Evelyn Pinheiro Tenório de Albuquerque
Felipe Probst Werner
Fernando Santa-Cecilia García
Flávio Couto Bernardes
Francisco Ortego Pérez
Gregorio Menzel
Inmaculada García Presas
Isa António
Javier Espín Granizo

Jesús Víctor Alfredo Contreras Ugarte
José Carlos Buzanello
José María Tovillas Morán
Jozélia Nogueira
Leonardo Baldissera
Livia Pagani de Paula
Lucineia Rosa dos Santos
Luiz Carlos Moreira Junior
Luiz Felipe Monsore de Assumpção
M^a Inmaculada Sánchez Barrios
Marcos Alves da Silva
Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos
María Elena Santibáñez Torres
Marilene Araujo
Mário Luiz Ramidoff
Maximiliano Augusto Venção Sá
Murilo Policarpo Pittelli
Nara Pinheiro Reis Ayres de Britto
Nilson Tadeu Reis Campos Silva
Pedro Augusto Costa Gontijo
Reisson Ronsoni dos Reis
Rita de Cássia Curvo Leite
Sandra Mara Franco Sette
Saul Tourinho Leal
Simone Letícia Severo e Sousa Dabés Leão
Viviane Coêlho de Séllos-Knoerr
Ximena Marcazzolo Awad

Integrantes do Conselho Editorial do



Alexandre Libório Dias Pereira

Doutor em Direito; Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Antonio García-Pablos de Molina

Catedrático de Direito Penal da Universidad Complutense de Madrid.

Carlos Francisco Molina del Pozo

Doutor em Direito; Professor Titular de Direito Administrativo e Diretor do Centro de Documentação Europeia na Universidade de Alcalá de Henares; Professor da Escola Diplomática e do Instituto Nacional de Administração Pública.

Fernando Santa-Cecilia García

Profesor Titular de Direito Penal e Criminologia da Universidad Complutense de Madrid.

Ignacio Berdugo Gómez de la Torre

Catedrático de Derecho Penal en la Universidad de Salamanca.

Joan J. Queralt

Catedrático de Direito Penal da Universitat Barcelona.

Jordi García Viña

Catedrático de Direito do Trabalho e Seguridade Social da Universitat de Barcelona.

Manuel Martínez Neira

Doutor em Direito; Professor Titular da Faculdade de Ciências Sociais e Direito da Universidade Carlos III de Madrid.

María Amparo Grau Ruiz

Catedrática Acreditada de Derecho Financiero y Tributario – Universidad Complutense de Madrid.

María del Carmen Gete-Alonso y Calera

Catedrática de Direito Civil da Universitat Autònoma de Barcelona.

Mário João Ferreira Monte

Doutor em Ciências Jurídico-Criminais; Professor Associado com nomeação definitiva na Escola de Direito da Universidade do Minho; membro integrado do Centro de Investigação de Direitos Humanos da Universidade do Minho e Presidente do Instituto Lusófono de Justiça Criminal (JUSTICRIM).

Paulo Ferreira da Cunha

Doutor em Direito; Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA LICENÇA *CREATIVE COMMONS*

**Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma
licença 3.0 Brasil.**

É permitido:

- copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- criar obras derivadas

Sob as seguintes condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante.



USO NÃO COMERCIAL

Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



COMPARTILHAMENTO PELA MESMA LICENÇA

Se você alterar, transformar ou criar outra obra com base nesta, você somente poderá distribuir a obra resultante sob uma licença idêntica a esta.

– Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outro, os termos da licença desta obra.

- Licença Jurídica (licença integral):
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/legalcode>

Esta revista proporciona acesso público livre e imediato a todo seu conteúdo em ambiente virtual.

APRESENTAÇÃO

A **Revista Internacional CONSINTER de Direito** é uma publicação de cariz periódico do **CONSINTER – Conselho Internacional de Estudos Contemporâneos em Pós-Graduação** que tem por objetivo constituir-se num espaço exigente para a divulgação da produção científica de qualidade, inovadora e com profundidade, características que consideramos essenciais para o bom desenvolvimento da ciência jurídica no âmbito internacional.

Outra característica dos trabalhos selecionados para a **Revista Internacional CONSINTER de Direito** é a multiplicidade de pontos de vista e temas através dos quais o Direito é analisado. Uma revista que se pretende internacional tem o dever de abrir horizontes para temas, abordagens e enfoques os mais diversos e, através deste espaço, colaborar com um melhor diálogo académico.

Resultado de um trabalho criterioso de seleção, este volume que agora se apresenta destina-se a todos aqueles que pretendem pensar o Direito, ir além da sua aplicação quotidiana, mas sem deixar de lado o aspecto prático, tão característico das ciências.

Capítulo 01

DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

LA EFICIENCIA DE LOS DERECHOS HUMANOS UNA PROPUESTA HUMANISTA DESDE LA FILOSOFÍA DEL DERECHO

EFFICIENCY OF HUMAN RIGHTS A HUMANIST PROPOSAL FROM THE PHILOSOPHY OF LAW

DOI: 10.19135/revista.consinter.00010.04

Recibido/Received 29.04.2019 – Aprobado/Approved 10.06.2019

Jesús Víctor Alfredo Contreras Ugarte¹ – <https://orcid.org/0000-0002-9148-659X>

E-mail: jesuco_amag@yahoo.es

Resumen: Se redactan acuerdos, normas jurídicas, leyes, declaraciones; se reúnen en grandes cumbres, firman y ratifican tratados y convenios internacionales; sin embargo, pasan los años y la eficiencia sustancial y práctica de los derechos humanos, en la sociedad, parece quedarse estancada en la mera idea o formalidad normativa. El Derecho parece caer en la vanidad de creer que la eficiencia de los derechos se logra solo desde su capacidad normativa y coercitiva, es decir, desde la imposición de normas que obligan a cumplir legalmente a las instituciones, a los países y, en última instancia, a sus ciudadanos. En este trabajo académico, no me limito a lo descriptivo, sino que prescribo una propuesta que he llamado la *teoría de la empatía del reconocimiento*. Sin desvirtuar el rol coercitivo del Derecho, reflexiono ante su falta de eficiencia para el avance estructural del respeto a los derechos humanos y planteo que las políticas y las normas jurídicas que solo se preocupan por obligar legalmente sean superadas por otras que atiendan a la necesidad de alcanzar convicción social sobre el verdadero valor que nos vincula a todos con la humanidad y con los derechos humanos de todos los demás.

Palabras clave: Eficiencia, derechos humanos, filosofía del derecho, humanismo, empatía

Abstract: Agreements, legal rules, laws, declarations are drafted; they meet at large summits, sign and ratify international treaties and conventions; however, the years go by and the substantial and practical efficiency of human rights, in society, seems to remain stuck in the mere idea or normative formality. Law seems to fall into the vanity of believing that the efficiency of rights is achieved only from its normative and coercive capacity, that is, from the imposition of norms that legally bind institutions, countries and, ultimately, their citizens. In this academic work, I do not limit myself to describe but I design a proposal that I have called *the theory of recognition empathy*. Without distorting the coercive role of Law, I reflect on its lack of efficiency for the structural advance of respect in human rights and I argue that the policies and legal norms that only concern to

¹ Doctor Sobresaliente Cum Laude y Especialista en Derechos Humanos; Académico Correspondiente de la Real Academia de Jurisprudencia y Legislación de España; Máster en Derechos Fundamentales; Especialista en Educación para la Ciudadanía y los Derechos Humanos; Máster en Estudios Avanzados en Derechos Humanos; Especialista con Matrícula de Honor en Derechos Humanos; Licenciado en Derecho por la Universidad de San Martín de Porres. Miembro del Seminario Permanente de Filosofía del Derecho e Investigador y colaborador académico en el área de Filosofía del Derecho de la Facultad de Derecho de la Universidad Complutense de Madrid. E-mail: jesuco_amag@yahoo.es

legally bind be overcome by others that attend to the the need to achieve social conviction about the true value that binds us all with humanity and human rights of all others.

Keywords: Efficiency, human rights, philosophy of law, humanism, empathy

Sumario: 1. Ideas primeras y generales; 2. Reconociendo el sentido del poder humano; 3. Poder, responsabilidad y libertad; 4. El poder frente a la pérdida de conciencia de los valores humanos; 5. Obligación, convicción y responsabilidad; 6. Teoría de la empatía del reconocimiento; 7. Conclusiones; Bibliografía.

Summary: 1. First and general ideas; 2. Recognizing the meaning of human power; 3. Power, responsibility and freedom; 4. Power in the face of the loss of awareness of human values; 5. Obligation, conviction and responsibility; 6. Theory of recognition empathy; 7. Conclusions; Bibliography.

1 IDEAS PRIMERAS Y GENERALES

Deteniéndome a pensar en la situación actual de nuestras sociedades no se me pasa desapercibida la crisis económica que vienen atravesando muchos países, incluidos los llamados “países desarrollados”. Esto es lo que preocupa, atentamente, a la mayoría de ciudadanos y a sus gobernantes. No obstante, sostengo que hoy afrontamos un problema aún más acuciante y peligroso referido a la capacidad práctica de los derechos humanos, es decir, a su eficiencia. Afrontamos una grave crisis de desvinculación humana para con los otros, lo que nos está afectando a nosotros mismos y, con ello, incluso, al hábitat que nos alberga. En este trabajo acuso, como causantes de esta grave crisis, al deterioro de la conciencia sobre los valores y derechos de la humanidad, al deterioro de nuestra capacidad de crítica, a la desidia frente a los poderes que someten, dominan y manipulan nuestro libre destino y nuestra auténtica voluntad y, en corolario, acuso también, como crisis y como consecuencia de lo anterior, al desinterés e indiferencia imperante de nuestros gobernantes para asumir con responsabilidad activa el desarrollo de políticas legislativas y gubernamentales que alcancen una verdadera eficiencia en la protección de los derechos humanos. Una norma jurídica puede estar redactada de manera encomiable y correcta; sin embargo, si las normas legales y las políticas de gobierno no alcanzan eficiencia práctica sobre la realidad social en la que legislan, entonces, esas normas serán estériles, sin importar que estas sean buenas en términos de intención y redacción. Pero no solo los gobernantes y legisladores son los responsables de la realidad social; todos, de una u otra manera, somos productores de las estructuras que cimentan la sociedad. En este escenario, desde la filosofía del derecho y del humanismo, hay que cavilar sobre la misión que hay que asumir para afrontar una solución eficiente: “(...) *la misión de la Filosofía del Derecho se puede formular así: (...) ¿Cómo puede la idea del Derecho triunfar en la práctica (...)?*”² En este sentido, puedo sostener que la función práctica de la filosofía del derecho es servir al reconocimiento positivo del ideal jurídico, es decir, al reconocimiento de lo que buscan las normas jurídicas conseguir, además de servir para advertir si ellas lo consiguen o no. La filosofía del derecho se puede decir que: “(...) *facilita la*

² Rudol Stammler, *Tratado de filosofía del derecho*, trad. por W. Roces (Madrid, Reus, 1930), 5.

*consagración histórica de las exigencias ideales.*³ Siendo así, la filosofía del derecho resulta sumamente útil para el análisis de la eficiencia de las normas jurídicas de los derechos humanos, y esto es así porque ella no se queda meramente en la perspectiva formal, sistemática o sociológica. A saber, no solo se limita exclusivamente a la realidad empírica y científica; no obstante, esto no significa que a la filosofía del derecho no le importe el análisis del derecho como realidad viva y concreta, ni que no tenga interés por los resultados de las ciencias jurídicas. En este sentido, para autores como López Calera, la filosofía del derecho replantea la existencia del derecho, de manera crítica y utópica, desde postulados, principios y exigencias racionales y razonables a las que toma como proposiciones de deber ser y cuya legitimación final radica en la aceptación por la misma sociedad, que es de la que el derecho obtiene su real explicación y sentido de ser; así pues, la filosofía del derecho es un instrumento idóneo para la verificación de la realidad empírica de los derechos humanos ya que cumple también una función de crítica, pues revisa y comprueba “(...) *el derecho existente en base a principios o exigencias individuales y sociales que no tienen existencia o existencia plena en un orden jurídico concreto.*”⁴

Ahora bien, verificar la realidad empírica los derechos humanos es de trascendental relevancia si atendemos a que la falta de eficiencia práctica de los derechos humanos afecta, capitalmente, al libre desarrollo de los seres humanos; es decir, nos afecta en aquello que se identifica con *la plenitud de la existencia humana*. Y es que, la plenitud de la existencia, únicamente se alcanza cuando uno es dueño de su propio destino y cuando, por ejemplo, se puede tener libertad en la elección de la propia profesión u oficio; la plenitud de la existencia se logra cuando se tiene verdadera autonomía de acción y de orientación de la vida y actividad; mejor dicho, cuando el ser humano tiene una autonomía que se refleje en la realidad que no dependa de una clase dominante todopoderosa ni de un Estado mandamás y absoluto que someta a la colectividad y a las personas; la plenitud de la existencia es real cuando no hay poderes superiores que imponen sus exigencias y caprichos particularistas de dominio sometiendo a las personas. La plenitud de la existencia y de la conciencia humana solo se alcanzan en sociedades dirigidas por la voluntad auténtica de sus seres humanos y según sus propósitos de bienestar, es decir, solo se alcanza, en la conciencia de que la humanidad de cada uno es parte de un mismo todo representado en la humanidad de todo el conjunto humano; antes de todo ello, la plenitud de la existencia humana – como lo sostiene el filósofo humanista italiano Rodolfo Mondolfo – resulta imposible de alcanzar⁵.

Esta idea de la *voluntad auténtica* me permite sostener que los países, las nacionalidades, los territorios, los sistemas educativos, económicos y políticos, los poderes en general, las industrias, los adelantos tecnológicos, etcétera, todos ellos, no existen ni producen actividad por generación propia, abstracta o espontánea, ni sin la intervención activa de un causante en particular y concreto. Por ello, resulta

³ Giorgio del Vecchio, *Filosofía del derecho*, tom. I, *Parte sistemática*, trad. por Luis Recaséns Siches (Barcelona, Bosh, 1929), 6.

⁴ Nicolás López, *Filosofía del derecho* (Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1976), 63.

⁵ Rodolfo Modolfo, *El humanismo de Marx*, trad. por Oberdan Caletti (México D. F., Fondo de Cultura Económica, 1973), 56.

claro y afirmo que el productor y causante de todas estas creaciones y poderes es, concreta y precisamente, el ser humano, quien a través de sus decisiones y capacidades determina, hacia uno u otro sentido, a todas estas creaciones y poderes. Ante ello, es indispensable para el logro de la existencia plena que, todo el listado anterior, se sostenga y estructure, necesariamente, en la conciencia y convicción de que los valores y derechos humanos son superiores y anteriores en importancia y que, por ellos, estamos todos indefectiblemente vinculados. Esta es una realidad objetiva e imperante de entender y de atender; no es una entelequia subjetiva, bondadosa, poética o caprichosa. Es responsabilidad de todo ser humano el tomar conciencia del valor humano y del vínculo que tiene con todos los demás como integrantes de una misma humanidad. Siendo las decisiones humanas las que mueven las sociedades en uno u otro sentido y, con ello, también las decisiones jurídicas en un país, si cada persona y cada gobernante contase con la conciencia y convicción de que *el otro también soy yo*, en tanto misma humanidad vinculada, entonces, el esfuerzo y atención para alcanzar la eficiencia real de los derechos humanos sería mucho mayor y, las políticas, así como la legislación, no se quedarían solo respondiendo al sensacionalismo mediático, con medidas legislativas y agravadas que se limitan a imponer un mayor castigo para quien conculca los derechos humanos, pero luego de que el daño ya se ha ocasionado. De hecho, todos somos testigos, que muchas afectaciones a los derechos humanos encuentran una respuesta legislativa insuficiente y aún más ineficiente y hasta, incluso, deficiente, para acabar sustancialmente con el abuso, la afectación y la discriminación que sufren todavía demasiadas personas en el mundo. Lo advertimos, por ejemplo, en temas como el de la inmigración irregular que se produce en Europa por personas que huyen de la guerra, del hambre y de la pobreza, o en el caso de la respuesta que se da – ante la presión mediática y popular – a determinados casos de violencia, agravando castigos y tratos para unos y otorgando privilegios y preferencias procesales para otras, lo que solo ha provocado el surgimiento de nuevas discriminaciones, pero que en el fondo de poco o nada han servido para advertir y dar solución de raíz al problema realmente existente.

Pareciera que el esfuerzo de nuestros gobernantes y legisladores no se centra en el respeto eficiente a los derechos humanos, sino más bien se centra en hacernos creer que hacen algo por ello y que ellos están desligados de cualquier interés particularista. Los gobernantes y legisladores parecen más preocupados para que la realidad práctica que afrontamos no la sintamos desconsoladora y nos dé la sensación de ser satisfactoria. Por eso, nos impulsan a creer que las medidas que ellos toman son las únicas correctas y mejores, en la idea de que nada más se puede hacer y de que así son las cosas porque siempre han sido así y, por ello, de que nada cambia ni cambiará sustancialmente. Aparentemente, se trata de convertirnos en ciudadanos insensatos, con una actitud indiferente y con un pensamiento desidioso hacia la reflexión sobre la eficiencia práctica de nuestros derechos humanos. Entonces, los gobernantes solo se preocupan por mitigar los ánimos de la presión popular, mediática y coyuntural, dejando sin atención, gubernamental y política, a la causa real y de fondo de los problemas que es lo que afecta verdaderamente a las

estructuras de nuestra sociedad y, con ello, se despreocupa por el verdadero y eficiente desenvolvimiento y desarrollo de los derechos humanos.

Los seres humanos no debieran ser seres gregarios que, juntos con otros, sigan ciegamente ideas o iniciativas ajenas, porque así se hace fácil el manipularlos. Nuestras ideas e iniciativas deben estar guiadas por el libérrimo ejercicio de nuestra voluntad propia. Los derechos humanos no resultan eficientes en la idea del ser *humano masa*; esto es, en la idea de que todo lo que se nos impone es lo correcto porque todos los demás lo aceptan como correcto, y si la mayoría o todos los demás aceptan lo mismo, entonces, nosotros también debemos aceptarlo. Esta idea nos induce, sesgadamente, a suponer que el no aceptar lo que todos – o lo que mayoría acepta – nos llevará siempre a lo incorrecto, a lo raro o a lo inadmisiblemente socialmente. Esto no es así. Lo que realmente sucede, es que esa mayoría o todos esos demás que nos rodean, no son más que otros que ya han sido subyugados por la misma inducción sesgada y por el mismo tratamiento ignominioso y vejatorio que se quiere y busca imponer a aquellos que aún conservan su capacidad de crítica y reflexión. A esto se le puede identificar también con la llamada *cultura de masas*, vale decir, aquella cultura que hace del ser humano un autómatas que renuncia a su pensamiento independiente y reduce su libertad y su acción a un estado pasivo de seguimiento y de subordinación a las masas⁶.

Todo esto que acuso es real y patente. Sostengo, que ello es una consecuencia de la falta de conciencia sobre nuestra vinculación humana y de nuestros valores y derechos humanos que nos corresponden a todos por igual. No pretendo arrogarme innovación en lo que aquí delato ni tampoco creo que se trate de un gran descubrimiento para cualquiera que pretenda entenderse a sí mismo y hacerse responsable de sus actos en sociedad. Lo que denuncio aquí como *crisis de valores*, lo podemos advertir todos pues los hechos y las evidencias las tenemos al frente; solo tenemos que despertar de nuestro aturdimiento de comodidad mental y atrevernos a reflexionar, sobreponiéndonos a las manipulaciones, para advertir lo que sucede y aflige a nuestras sociedades modernas.

Estoy convencido que es el ser humano el propio responsable y actor de su destino y, con ello, es responsable también de la lamentable debacle en la que ha caído la eficiencia de los derechos humanos. El acusar a un sistema económico o a una determinada política jurídica, a un partido o a una tendencia determinada de gobierno, resulta impreciso y abstracto y nos lleva a tener una ceguera y una perspectiva irreal y confusa sobre el verdadero problema de nuestras sociedades actuales. Los países, los gobiernos, los sistemas jurídicos y los poderes de las sociedades, no tienen existencia propia; son los seres humanos quienes les dan vida; son los seres humanos quienes los deciden, en uno u otro sentido. Por ello, es que, en este trabajo, sitúo en el centro de mi reflexión, y de los desafíos jurídicos de los derechos humanos, al ser humano; pero, no solo por ser víctima de la vulneración de sus derechos, sino también por ser él el responsable real y directo de estas vulneraciones, pues los poderes, gobiernos, medios de comunicación o sistemas jurídicos que vulneran o se despreocupan por la eficiencia de los derechos humanos,

⁶ Rodolfo Mondolfo, “Ensayo preliminar, Conclusiones sobre el marxismo”, en *Manifiesto comunista*, de Marx y Engels, trad. por Alfonso Calderón (Santiago de Chile, Universitaria, 1971), XXVIII.

en el fondo, no son más que los mismos seres humanos decidiendo el destino de la sociedad. Las sociedades no mejoran si no se les da la debida atención jurídica y política al respeto real de sus derechos humanos. Nuestros gobernantes deben tener la conciencia y convicción de que la eficiencia práctica de los derechos humanos no es una comodidad sino, más bien, toda una necesidad y exigencia para mantener una sociedad justa y grande. La atención inoportuna, insuficientemente, deficiente, meramente mediática y coyuntural y, con todo ello, ineficiente, hará que nuestras sociedades se conduzcan hacia el caos de sus estructuras. Un país, un poder, un sistema político y jurídico, funcionan por el ejercicio activo de la voluntad de los seres humanos que los dirigen. Los sistemas políticos y jurídicos no tienen sentido ni existencia inherente ni por sí mismos, ni tampoco se deciden por sí solos a una u otra acción: necesitan de la participación activa de los seres humanos. Somos los seres humanos los que le damos sentido y existencia; los países, los poderes y los sistemas, son creados y echados a funcionar por la propia actividad y decisión del ser humano. Las creaciones de la humanidad, cobran sentido y existencia en tanto la humanidad las produce y las reconoce como tales. Sin la voluntad y el reconocimiento de los seres humanos no existirían países, nacionalidades, ni sistemas de poder político, económico y jurídico. Es esta la evidencia más patente de la importancia trascendental de nuestra humanidad como tal. El no cuidarla, el no atenderla, el no buscar mejoras reales y sustanciales para la humanidad y para sus derechos humanos consustanciales, es un verdadero despropósito que nos llevará, más tarde o más temprano, a la ruina de las relaciones sociales y al desastre de nuestra convivencia civilizada y moderna. Y es que, todo redundando, se vincula, repercute y se origina en el ser humano; no se puede perder la conciencia y convicción del valor de ello. Al final nos daremos cuenta que no podemos negarnos a nosotros mismos, no podemos negarnos siempre. Por mucho que intentemos negarnos, la realidad que le brindemos al valor y al vínculo de nuestra humanidad y al de los derechos humanos, decidirá nuestro futuro y el de todos los demás. Nuestros gobernantes y legisladores, deben tener claro, a la hora de legislar y decidir, que el vínculo y el interés por la eficiencia de los derechos humanos de todos, no es un tema secundario ni irrelevante, ni siquiera cuando no se es el directamente afectado. No podemos renunciar a la preocupación activa por la dignidad humana de todos – incluida la dignidad de los demás – como si esto nunca llegara a provocar consecuencias directas en nosotros. No podemos cegarnos con esos conceptos de “éxito” que nos distraen y nos desmerecen como personas. El futuro de nuestras sociedades, de nuestro entorno sostenible, de nuestros hijos, de todos los que vendrán y, en general, de la humanidad en su conjunto, depende de las decisiones responsables y desafíos que hoy asumamos. Todo lo que se decide, jurídica y políticamente sobre los derechos humanos, al final, trasciende en todos, de una u otra manera, en uno u otro tiempo. Nuestra humanidad es nuestra mayor realidad y vinculación; es la esencia que nos une a cada uno con todos los demás, en lo bueno y en lo malo; la indiferencia a ello, es nuestra mayor insensatez. Nuestros gobernantes y legisladores no deben terminar convertidos en autómatas dedicados a una lucha interminable y agotadora para conseguir y mantener sus puestos, cargos, sueldos, honores, reconocimientos y posiciones sociales. El preocuparse solo por ello, les impone, sin importar el medio y acriticamente, la desatención hacia la

eficiencia real de los derechos humanos. Tanto ciudadanos como gobernantes, no deben perder las ganas de ser libres y reflexivos, ni perder la conciencia crítica y la actitud vigilante sobre el peligro que implica el caer en la *cultura de masa* y en la desatención a los derechos humanos. La conciencia y convicción de la superioridad de los valores y derechos humanos, así como la responsable asunción del principio vinculatorio de que *los otros también somos nosotros*, son las bases fundamentales para lograr una gestión, jurídica y política, capaz de actuar eficazmente contra todo aquello y contra todos aquellos que pretendan ser indiferentes o menosprecien la necesidad de la eficiencia práctica, estructural y sustancial de los derechos humanos.

Quede claro, entonces, que estoy sosteniendo que cualquier desafío jurídico, en principio, tiene que ser recogido y gestado por los poderes gubernamentales del Estado, que son los que legislan y deciden las políticas de un país y, los derechos humanos, no son la excepción. Es decir, los poderes de un Estado son determinantes para el desarrollo jurídico y político de los derechos humanos. En este sentido, también que quede claro, que sostengo que los poderes de un Estado no tienen existencia propia, abstracta y espontánea sino que ellos se deben a una existencia que se concretiza en seres humanos específicos, quienes son los que los conducen y deciden.

2 RECONOCIENDO EL SENTIDO DEL PODER HUMANO

Lo primero que hay que saber, es que en las fuerzas elementales de la naturaleza no se puede hallar el sentido exacto de lo qué es el poder. Las fuerzas de la naturaleza cuentan con la capacidad de producir efectos, pero le falta la acción o iniciativa humana. Estas fuerzas elementales de la naturaleza tienen energía, pero no poder. Por ello es que el poder, para ser tal, necesita ser ejercido mediante una acción volitiva. Es aquí donde el ser humano juega un papel preponderante pues, su razón es la que permite decidir sus acciones. Esto enlaza bien con lo que dice Bonete Perales:

El ejercicio del poder es sobre todo una actividad humana, y por ello sujeta a valoraciones morales, antes que a una impersonal fuerza social, ideológica, económica, jurídica o militar. (...) interesa por ello interpretar tal actividad humana desde el prisma moral, tan reivindicado a lo largo de la historia del pensamiento como menospreciado en la vida política real⁷.

Dejo sentado, por lo tanto, como ya adelanté en las ideas generales, que es el ser humano quien, con su actividad, decide las acciones que luego determinan su historia y su realidad. El ser humano no es un ser que está determinado por algo o por alguien; el ser humano, con su voluntad y accionar, determina su devenir y su historia y, luego ella lo determina a él. Al ser la historia y la realidad productos del propio accionar humano, entonces, resulta que es el ser humano quien se determina a sí mismo en el ejercicio activo y voluntario de su humanidad.

⁷ Enrique Bonete Perales, ed., "Introducción, Para una ética del poder", en *Poder político, límites y corrupción* (Madrid, Cátedra, 2014), 10.

Únicamente, cuando una energía o capacidad se sitúa en una conciencia que la conoce, solo cuando hay una capacidad de decisión que dispone de ella dirigiéndola a unos u otros fines precisos, es cuando esta energía puede convertirse en verdadero poder. Este poder a su vez lo podemos distinguir entre lo que voy a llamar *el poder como fuerza*, por un lado, y *el poder como debilidad*, por el otro. El primero, es el poder que, usando su energía y capacidad, fortalece al progreso y logra la eficiencia de los derechos humanos y de sus valores, en la realidad, engrandeciendo a la humanidad como unidad de conjunto que es. El segundo – *el poder como debilidad*-, es el poder que, pareciendo fortalecer, realmente debilita y desgasta a quien lo ejerce y, al final, deteriora a la humanidad en su conjunto o a una gran parte de ella.

El poder como debilidad, nos engaña y nos debilita; este *poder como debilidad* es el que se ejerce con indiferencia a los valores y derechos humanos o, directamente, los conculca para proteger intereses, privilegios, capacidades o energías egoístas, alejadas de los verdaderos derechos y valores humanos. Es un poder que debilita, pues con esta forma de ejercerlo, se niega el propio valor y la propia calidad humana de quien lo ejerce y, con ello, la calidad y valor humano de todos los demás. Afirmo que *el poder como debilidad*, es un poder que engaña porque mientras lo ejercemos nos hace creer fuertes y seguros. Mientras no nos preocupemos por la real eficiencia de los derechos humanos, o seamos indiferentes al sufrimiento que aqueja a los demás – negando dicho sufrimiento, tergiversándolo o, directamente, provocándolo-, lo que realmente estamos haciendo es engañarnos a nosotros mismos ya que creemos proteger nuestros intereses y suponemos, equivocadamente, que estos no se verán afectados con nuestra desatención hacia los demás. En verdad, a la larga, esta creencia se convierte en una falacia que nos termina deteriorando a todos como sociedad.

Puedo afirmar también, que el Derecho no es un poder lo suficientemente eficiente y fuerte para lograr sus cometidos por sí solo únicamente desde su capacidad de construcción, sanción o coerción jurídica y normativa. No hay que perder de vista que una norma legal persigue, principalmente, un fin social, más allá de un mero propósito normativo, sancionador y coercitivo. Por mucho que las normas obliguen a las personas, a los Estados, a los poderes y, en general, a las sociedades, a cumplir y respetar los derechos humanos, y si además no existe una conciencia verdadera de la necesidad de cumplir y respetar, simplemente estas – las normas del Derecho – no tendrán capacidad práctica en la realidad. El ser humano necesita creer en normas de conducta que él entienda como correctas y necesarias para su bienestar. Sin una conciencia de humanidad y sin una convicción firme sobre la importancia de los valores y derechos humanos, a la eficiencia real de las normas de derechos humanos, los ciudadanos y gobernantes, le restarán importancia o simplemente no lo tomarán en cuenta. Por otro lado, tampoco puedo dejar de advertir, que la falta de convicción sobre la idea y necesidad de una eficiencia real de los derechos humanos hace que las normas jurídicas sobre esta materia, sean ignoradas o desvirtuadas en sus efectos prácticos; otras veces solo son cumplidas en apariencia o en lo más mínimo posible, con el único fin de evitar la sanción pública, el desprestigio o la crítica. Y es que, en estos casos, no se cuenta con la convicción de la necesidad de mantener, como regla de conducta, la búsqueda del logro eficiente de los derechos humanos. En este sentido, La Torre dirá que:

(...) el ser humano para actuar necesita de reglas de conducta. Estas a su vez se basan en ideas de conducta. Eso es, en concepciones sobre el modo en que debe ser la persona en su Weltanschauungen. El ser humano actúa pues según lo que cree que sea la manera en que debe actuar. La acción humana está determinada por reglas de conducta que corresponden a algunos conceptos (no solo de acción, sino referidos también al 'ser' mismo del sujeto)⁸.

El Derecho puede desarrollar las ideas de justicia y de igualdad a través de sus normas legales, e incluso puede imponerlas normativa y coercitivamente; sin embargo, una idea o un principio de justicia, desarrollado en una norma que obliga, nunca tendrá el poder suficiente, por sí sola, para ser eficiente en la realidad, sobre todo si hay demasiada humanidad a la que no le preocupa cumplir o, simplemente, le es indiferente. El Derecho es un poder real solo cuando tiene la capacidad práctica de cambiar la realidad social, únicamente cuando es realmente eficiente: “*Lo que mueve la sociedad, lo que hace que las sociedades funcionen (...) ese es precisamente el poder.*”⁹

Los derechos humanos, se sustentan en ideales de justicia y bien común; sin embargo, una idea y una norma, en sí mismas, no cuentan con un poder real si no logran operar en la realidad de manera eficiente; tendrán validez, pero no poder; es decir, podrán parecer eficaces en su construcción argumentativa, con mucha fuerza y capacidad en su redacción, pero no tendrán eficiencia real en la convivencia práctica de la sociedad. Las normas jurídicas del Derecho, se supone que buscan ser acatadas, obedecidas y cumplidas; sin embargo, si su cumplimiento se debe únicamente a una conciencia de obligatoriedad para evitar una sanción, las normas jurídicas se toparán con un infinito ánimo de evasión, pues lo que le importa al ciudadano no es cumplir sino el no ser sancionados y, mientras se pueda eludir la sanción, no se cumplirá con la norma. En este sentido Elías Díaz nos dirá que:

La evasiva tradicional 'se acata, pero no se cumple' no es más que una astuta añagaza o pretexto formalista para en realidad no respetar, ni tampoco acatar la ley. Todo lo más, dicho alegato tradicional significaría que se acepta el hecho de que existe como tal, como vigente esa ley (se acata) pero que no se aplica (no se cumple). Ahora bien, si las leyes no se cumplen por los ciudadanos, si no se aplican por los jueces, si no tienen por tanto ninguna eficacia – hipótesis límite-, entonces el resultado y la consecuencia es que ni se acatan, ni se hacen valer, ni valen, ni por tanto – aunque promulgadas y vigentes – poseen propiamente auténtica validez. (...) Eso, la eficacia (o efectividad) es lo que, a la postre, se añade a la sola vigencia (formal) desde la complementaria validez (material). Ambas, vigencia y validez, son imprescindibles (...) se trata, pues, aquí de un concepto más bien empírico (realista) de validez¹⁰.

⁸ Massimo La Torre, *Derecho poder y dominio*, trad. por Francesca Gargallo (México D. F., Fontamara, 2004), 93. Tengo que aclarar que el término alemán correcto es Weltanschauungen y que se puede traducir como ideologías del mundo, concepciones del mundo, creencias del mundo o visiones del mundo.

⁹ Fernando Vallespín, “Poder, legitimidad y Estado”, en *Sobre el poder*, ed. por Manuel Menéndez Alzamora (Madrid, Tecnos, 2007), 31.

¹⁰ Elías Díaz, *El derecho y el poder*, Realismo crítico y filosofía del derecho (Madrid, Dykinson, 2013), 48 y 49.

Así pues, resulta claro que el verdadero poder de las normas jurídicas está en su capacidad real de cambiar la realidad, y esto no tiene que estar necesariamente reñido con los anhelos de justicia, de libre desarrollo de nuestra personalidad ni con la plena dignidad de los ciudadanos: “(...) *el poder sobre otros puede ser productivo, transformativo, de gran autoridad y compatible con la dignidad.*”¹¹ Esto nos lleva a la necesidad de preocuparnos por forjar una correcta y respetuosa conciencia humana pues es desde ella que se deciden las normas jurídicas, la eficiencia que se espera de ellas y el respeto y consideración del accionar y de la voluntad de las personas; y es que, sostengo, que es la conciencia humana la verdadera energía, poderosa y capaz de hacer eficiente al Derecho y a sus normas jurídicas:

*La relación entre el Derecho y el Poder (...) es importante ya que un sistema jurídico pierde su vigencia, y en definitiva su validez, desde el momento en que pierde el imprescindible apoyo social que lo sustenta*¹².

El tener conciencia de la identidad humana y de los valores propios y compartidos por todos, como humanos que somos, empodera a la voluntad y la decide en su accionar práctico.

Siendo así, puedo afirmar ya, que el poder es un fenómeno específicamente humano. Por lo tanto, de ello resulta que el sentido del poder eficiente pertenece a su propia esencia, que es de lo que tiene que tener conciencia el ser humano: del valor superior de la humanidad como tal y, con ello, de la necesidad imperiosa de lograr la eficiencia real de los derechos humanos. Es la conciencia humana la que tiene la verdadera facultad práctica y eficiente de poder variar la realidad social mediante su propia iniciativa discrecional. El poder implica eficiencia, es decir, implica que sus fines y cometidos se reflejen en la realidad práctica; de lo contrario, es solo fuerza: “*Poder en cualquier ámbito es la capacidad de realizar los propios deseos de manera eficaz, la capacidad de cumplir los fines que uno se propone.*”¹³ Tener conciencia del superior valor de los derechos humanos y de la importancia de conseguir su cumplimiento eficiente, es un poder que otorga un sentido distinto a la iniciativa discrecional humana.

*Un Estado que simplemente produce normas (...) pero que luego estas no son cumplidas ni por el gobierno ni él hace que ellas se cumplan (...) termina siendo un Estado inoperante e ineficiente, donde los ciudadanos no se sienten vinculados a esas normas (...) porque no se sienten realmente protegidos por ellas (...) Eso denota a un Estado con un serio problema en su sostenibilidad y supervivencia democrática*¹⁴

El Derecho puede disponer hacia los fines que se ha propuesto, sin embargo, si la sociedad no está dispuesta a ello por su propia convicción, simplemente, el Derecho se estancará dentro su propia norma legal, aunque válida formalmente, pero

¹¹ Steven Lukes, *El poder. Un enfoque radical*, trad. por Carlos Martín Ramírez (Madrid, Siglo XXI, 2007), 131.

¹² Francisco Ansuátegui, *Poder, ordenamiento jurídico, derechos* (Madrid, Dykinson, 1997), 44.

¹³ Luis Villoro, “El poder y el valor”, en *Sobre...*, 19.

¹⁴ Jesús Víctor Contreras, *Las determinaciones políticas en materia de derechos humanos. Cavilaciones a partir de la ética weberiana y de la fuerza trascendental hegeliana* (Mauritius, Editorial Académica Española, 2018), 143-144.

ineficiente en lo que respecta a sus efectos materiales y prácticos dentro de la realidad social y que es lo que verdaderamente importa.

3 PODER, RESPONSABILIDAD Y LIBERTAD

Los poderes – como los que se ejercen mediante el Derecho-, dentro de la sociedad, no cuentan con un sentido o con un valor preestablecido; es el ser humano quien les otorga el sentido y la conciencia del valor que tendrán; son los seres humanos los que deciden sobre él y accionan sobre él. Ello determina que no haya poder – mal o bien ejercido – por el que no se tenga responsabilidad ni por el que no se deba responder. Del ejercicio del poder humano, siempre los responsables somos los mismos seres humanos. El poder se ejerce a través de una acción – incluida la de dejar hacer o la acción por omisión – y sus efectos representan también una acción de la que siempre es responsable una instancia humana, pese a que a veces se intente o se logre rehuir a esta responsabilidad o que, simplemente, no se pueda individualizar al responsable. Una norma jurídica, muchas veces, no deja de ser eficiente por ser, ella misma, deficitaria en su calidad normativa y de redacción, sino que son los mismos seres humanos quienes buscan la manera de rehuir a su eficiencia, mermando su capacidad práctica. De otro lado, se puede advertir también, que cuando no se quiere adjudicar responsabilidad al mal ejercicio del poder, se busca enmascarar dicha responsabilidad justificándola como si fuera un efecto inevitable, como si fuera algo propio de una fuerza superior y contingente e imposible de cambiar por la voluntad humana. En esta circunstancia, el carácter esencial del poder no se suprime sino más bien, se pervierte.

El poder, en sí, no es bondadoso ni malicioso; quien decide usarlo es quien le da uno u otro sentido. El poder no es constructivo ni destructivo; es una potencialidad para cualquier cosa, la que se rige y determina por la capacidad y la libre discrecionalidad del ser humano. Una libertad discrecional sin conciencia sobre la importancia de lograr la eficiencia real de los valores y derechos humanos, es una libertad que termina perturbándolo todo. Es un poder que primero deteriora al individuo y luego deteriora a la sociedad en su conjunto; es lo que he llamado antes *el poder como debilidad*.

El ser humano evidencia sus verdaderas convicciones, sobre los valores y derechos humanos, especialmente, cuando ejerce y tiene poder. Si el ejercicio del poder no cuenta con la responsabilidad y con las convicciones de respeto hacia los demás, será un ejercicio en serio riesgo de convertirse en un poder totalitario, indiferente e indolente. Por ello, no hay que confundir la fuerza con la violencia, el reconocimiento con la gloria personal, el mando con la esclavización, o la objetividad con la ventaja propia. El poder perturbado, en su conciencia de valores y derechos, termina perturbando a la humanidad en su conjunto. Por ello, son necesarios seres humanos concienciados en los valores y en los derechos humanos para que no sucumban ante los poderes que se nieguen a mantener una actitud responsable y respetuosa hacia la eficiencia de los derechos humanos. Se necesita de seres humanos que sean capaces de ejercer el poder por encima de cualquier interés particularista que vaya en contra de los valores de una respetuosa humanidad y comprometida con los derechos humanos. Hay que subordinar el ejercicio del poder al sentido real de la vida como obra humana que es; de lo contrario, caeremos en el caos de nuestra propia existencia. El sentido de la buena cultura y del bienestar

estable le debe su existencia al sentido del dominio responsable de nuestras convicciones con respecto al derecho de los demás. El ejercicio de la libertad humana – entendida como libre albedrío, es decir, como la potestad de obrar por reflexión y elección – es la institución que conduce el mundo y, por ello, el ser humano tiene mayor responsabilidad para con ella, su libertad. El ejercicio de la libertad implica la potestad de obrar por reflexión y elección; por ello, quien la ejerce desde el poder – incluidos los gobernantes y legisladores – debe poseer un amor especial hacia el mundo y hacia la dignidad de todos los seres humanos. Un poder responsable implica, en principio, el dominio de sí mismo; luego, este dominio, entiende que la verdadera capacidad de dar órdenes o de mandar algo, no proviene meramente de la violencia y de la coerción jurídica sino más bien, de la autoridad válida, respetuosa y respetable. El dominio responsable, es el que entiende que el auténtico dominio de sí mismo es el que se obtiene con el convencimiento consciente del valor que hay en la eficiencia de los derechos humanos y que no se limita a establecer cumplimientos obligados solo en lo formal-jurídico; el poder responsable sabe que todo progreso depende del trabajo, pero también de la responsabilidad libremente ejercida en conciencia con la humanidad y con su entorno; el poder responsable cree en el valor de la solidaridad y la empatía eficiente y en el cuidado que debemos tener para el desarrollo sostenible de todos, entendiéndolos – a este valor y cuidado – como los medios idóneos para lograr una obra responsable de humanidad, más allá de vínculos de nacionalidad, sangre, afinidad, simpatía, cercanía, y más allá de intereses particularistas y egoístas de grupo.

Entonces, desde este mi razonamiento, sostengo que las decisiones jurídicas y políticas del poder, no pueden ser ajenas a la responsabilidad y a la conciencia de humanidad. El ejercicio del poder político, jurídico y gubernamental, tiene una gran importancia para la humanidad y para los derechos humanos y esto supone la necesidad de una conciencia moral y responsable en los sujetos que ejercen dicho poder. Es “(...) *la exigencia de una renovación moral, única base posible para un verdadero renacimiento político (...)*”¹⁵ Tengamos en cuenta que las decisiones políticas del poder, real y concretamente, son decisiones del ser humano y, como tales, no responden a imposiciones de tipo histórico o metafísico; ellas – las decisiones políticas – responden directamente a sí mismas porque el ser humano es libre de decidir discrecionalmente. El político que ejerce poder, es un ser humano como todos y, por ello, es tan responsable de sus acciones como cualquiera, pues como ser humano que es, está lleno de capacidades cognoscitivas que le permiten reflexionar sobre todo lo que decide y hace:

(...) la política tendrá como centro el problema del orden (...) como un orden que se debe construir, eliminando el conflicto y haciendo realidad una paz perdurable. En este contexto se elabora el concepto de poder, la obligación política tal como se la suele entender, de manera que implica una fuerza propia política del cuerpo político superior a la de todos los individuos, una fuerza que garantiza la paz (...). En ese contexto entonces se reconocerá también el origen de una serie de otros conceptos, sin los cuales no solo no tendría su significado determinado el concepto de poder, sino que ni siquiera sería

¹⁵ Rodolfo Mondolfo, *Sócrates* (Buenos Aires, Eudeba, 2007), 8.

pensable; usualmente considerados como pertenecientes a un léxico opuesto al del poder (piense en los conceptos de 'derechos', 'igualdad', 'libertad'), estos aparecerán como presupuestos necesarios de la concepción del poder¹⁶.

Hemos de advertir pues, que la historia no transcurre por sí misma, sino que es hecha por el mismo ser humano; es un producto de él. La historia y, con ello, la realidad, es un producto del accionar y de la voluntad humana y ello no solo en las decisiones aisladas, ni solo en ciertos períodos y en ciertas esferas, sino en su dirección total y en todas las épocas. La realidad del mundo – y de la que el ser humano puede disponer cada vez más – está sometida a la libre decisión del ser humano. La libertad no implica arbitrariedad. La libertad, entendida como discrecionalidad, cuando es bien ejercida, implica hacer y decidir, con respeto y responsabilidad, lo que exige la esencia de lo que se es, de lo que existe y de lo que va a existir. El ser humano tiene que examinar los valores elementales de su existencia. La libertad es algo más que poder realizar labores y diversiones, o el hacer lo que a uno le apetezca. Una persona libre debe tener sus propias convicciones de libertad y ejercerlas sin limitaciones abusivas e injustas; su limitación la encuentra en el derecho equivalente al de los demás. Se trata, simplemente, de tener convicciones de libertad que me permitan reconocer mi verdad y de poder mantenerme en el empeño de defender esa verdad que me sostiene y que he reconocido, entendiendo que es también la verdad de los demás. La convicción es fuerza de carácter, es la fuerza del ser que somos. Esta fuerza no sucumbe ante intereses particularistas, económicos o de privilegios, que supongan actos irrespetuosos para el conjunto o hacia un grupo determinado de la humanidad; la fuerza de carácter no sucumbe ante discursos políticos oportunistas y sugestivos, ante doctrinas partidistas o ante ideologías religiosas o de Estado que ordenen actuar con indiferencia o en contra de los demás y de sus derechos humanos:

(...) cuando pueda traducirse en realidad una situación en la que no exista ni una clase dominante omnipotente ni un Estado patrón absoluto de la colectividad y de los individuos, y ningún poder superior someta a los individuos a sus exigencias y a su dominio, sino que la sociedad humana sea dirigida por la voluntad de los hombres humanos (uomini umani) y según sus aspiraciones, solo entonces se llegará a la plenitud de la existencia humana. Antes es imposible¹⁷.

Dicho todo lo anterior, afirmo que el ejercicio de la libertad implica tener la capacidad de ser responsables. El ser humano debe ser responsable y consciente de las consecuencias de cada uno de sus actos y decisiones. Cada decisión que tome el ser humano conlleva – a veces en poca, a veces en mucha medida – el destino que tomará la misma humanidad en su conjunto. La libertad obtiene su sentido razonable, no solo cuando se tiene la posibilidad de ejercerla, sino, y sobre todo, cuando se ejerce con responsabilidad y con la conciencia de que, tras todo derecho,

¹⁶ Giuseppe Duso, coord., “La historia conceptual”, en *El poder. Para una historia de la filosofía política moderna*, trad. por Silvio Mattoni (México D. F., Siglo XXI, 2005), 13 y 14.

¹⁷ Rodolfo Mondolfo, *Umanismo di Marx. Studi filosofici 1908-1966* (Torino, Einaudi, 1968), 342 [mi traducción].

hay siempre un valor humano que respetar y proteger. En este sentido, debe quedar claro que la construcción y la eficiencia de las normas jurídicas no están exentas de esta reflexión.

4 EL PODER FRENTE A LA PÉRDIDA DE CONCIENCIA DE LOS VALORES HUMANOS

El ser humano de hoy parece ser uno que vive el momento y que al sentir que no tiene otra opción se entrega, desidia y cómodamente, al sistema imperante que lo rodea, dispuesto a ser manejado por él y a superar solo los retos que él le dice que tiene que superar. Esta es la mayoritaria situación de los ciudadanos en el Estado moderno y, más aún, desde que el aparato administrativo y estatal ha cobrado mayor relevancia. La falta de capacidad de las normas jurídicas para lograr la eficiencia real de los derechos humanos, hace parecer que el poder solo busca la dominación de la mayoría de los seres humanos, para disponer de ellos según conveniencia. Si aceptamos como “normal” la incapacidad de las normas jurídicas para alcanzar la eficiencia práctica y real de los derechos humanos, o como que “tiene que ser así porque no puede ser de otra forma”, lo que hacemos, realmente, es quitarnos autenticidad ya que aceptando la colonización de nuestra subjetividad nos convertimos en seres inauténticos y manipulables: nos desvirtuamos en meros sujetos sujetos por el sistema imperante; terminamos como seres humanos sin vigor y distorsionados a una realidad donde solo nos queda dejarnos llevar por todo lo que hay, donde nuestro valor propio, en tanto seres humanos, queda relativizado; terminaríamos creyendo, durante todo nuestro crecimiento y educación, que no nos queda otra alternativa más que dejarnos llevar por la masa y por los conceptos de “éxito” que se nos imponen, la mayoría de las veces, tendenciosamente, desde el sistema de un poder dominante que lo decide así: “*Se aprovechan (...) de esa desidia intelectual en la que caen muchos ciudadanos al dejarse llevar por la marea del sistema que no los deja ver más allá de lo evidente.*”¹⁸ Debemos estar siempre atentos para increpar, criticar y exigir el funcionamiento eficiente de los derechos humanos; debemos mantener despierta nuestra capacidad de auténtica crítica y reflexión. La simple asimilación de lo que hace y acepta la masa, como algo normal o inevitable, es algo que desnaturaliza y menosprecia nuestras capacidades humanas:

*(...) la cultura de masas, determinada por las condiciones de vida colectiva y por todos los factores educativos (a menudo deseducativos) y por la multiplicidad de influjos que contribuyen a transformar al – ser humano – en autómatas, renunciando a su pensamiento independiente y a su personalidad libérrima y activa*¹⁹.

Puedo decir que, el rebajarse a la *cultura de masa* – donde todos sean simples seguidores acríticos de todo lo que hay y de lo que la mayoría acepta y hace, y donde las normas jurídicas se limiten a su capacidad formal y figurativa – supone una peculiar y

¹⁸ Jesús Víctor Contreras, *Realidad, poder, valores y derechos humanos, el poder dominante en Max Weber* (Madrid, Servicios de Publicaciones de la Facultad de Derecho de la Universidad Complutense de Madrid, 2018), 279.

¹⁹ Mondolfo, “Ensayo preliminar, Conclusiones sobre el marxismo”, en *Manifiesto...*, XXVIII.

particular cadena paradójica de la modernidad. Y es que el ser humano dispone de la naturaleza como dueño que se cree de ella, para después, y como consecuencia de ello, disponer del futuro sostenible del mismo ser humano; luego, los seres humanos que alcanzan los puestos de poder – dentro de un Estado – disponen lo que ha de hacer y ser, el pueblo; y, finalmente, tanto pueblo, gobernantes y Estado, terminan siendo dispuestos por el sistema económico. El resultado peculiar, es que nadie tiene conciencia real de si en verdad es él el que domina algo o si se le hacen creer que domina para que sea otro quien realmente domine con eficiencia su vida.

El esfuerzo de nuestra ética y de todo nuestro valor propio, moral y humano, no se debe limitar ni reducir a la toma de conocimiento de las condiciones y de los medios que hay, sin importarnos que estos no sean aptos para alcanzar la construcción de normas jurídicas que tengan efectos reales y prácticos. La vida moral de los individuos y la eficiencia de los derechos humanos no deben descartarse, desatenderse o menospreciarse y, menos aún, en virtud del cálculo económico acerca del mayor costo de los medios más aptos para alcanzar sus fines.

La subordinación del sujeto a una realidad objetivamente económica y, a la vez, a una realidad sometida y abusiva, del sistema de poder, conduce el espíritu de las sociedades hacia su desvalorización humana: nos creemos ejercer libertad, cuando realmente esta nos ha sido inducida e impuesta en la forma que le conviene al interés de un sistema económico que nos domina.

La libertad auténtica es aquella que decidimos, consentimos y accionamos – todos sin excepción – nosotros mismos desde nuestras propias convicciones, desde nuestra propia pasión de libertad y sin manipulaciones o inducciones de ningún tipo. Si bien la libertad encuentra su límite en el derecho de los demás, esto no significa que haya que aceptar que determinados grupos de poder busquen controlarla a su antojo y para sus intereses particularistas y egoístas. La libertad implica una actitud siempre activa con la eficiencia de nuestros derechos. En concordancia con esto, encontramos que Paul Ricœur nos dirá que:

(...) es cada uno de los momentos de la libertad – decidir, moverse, consentir – el que une de un modo intencional distinto la acción y la pasión, la iniciativa y la receptividad. (...) La libertad no es un acto puro, es en cada uno de sus momentos actividad y receptividad; se hace acogiendo lo que no hace: valores, poderes y pura naturaleza²⁰.

En un sistema donde las normas jurídicas son ineficientes e incapaces de conseguir resultados sustanciales y reales – de respeto a los valores, principios y derechos humanos – se termina sustituyendo la reflexión y la crítica por enfoques y por conceptos de “éxito” meramente formales (como si se tratase simplemente de hacer más y más normas o más y más modificaciones), coyunturales y estadísticos. En este tipo de situaciones ineficientes, el sistema de poder, busca ensalzar su preocupación mediática y coyuntural hacia los derechos humanos como si esta fuera suficiente, sin reparar, o sin dejar que los demás reparen, que su preocupación y

²⁰ Paul Ricœur, *Poder, necesidad y consentimiento. Lo voluntario y lo involuntario*, trad. por Juan Carlos Gorlier (Buenos Aires, Docencia, 1988), 529 y 530.

actuación se quedan limitadas, únicamente, al plano normativo, jurídico-formal, pero ineficientes en la práctica, es decir, sin lograr mejoras reales y sustanciales. Cuando el valor de los derechos humanos choca con la ineficiencia práctica de las normas jurídicas, tales normas terminan convertidas en insensatas, incoherentes, inconsecuentes y absurdas. Es por ello que la eficiencia real de los valores y derechos humanos tiene suma relevancia en la gestión del poder y en la de las normas jurídicas que ordenan la realidad social:

“(...) el individualismo exclusivo y el egoísmo provienen (...) de la sustitución de los bienes exteriores a los interiores: ‘el que a fuerza de concentrarse (...) llega a no amar más que a sí propio’, en realidad sigue el interés material, ‘la necesidad física, que aparta a los hombres en vez de acercarlos’, no la interior ‘instigación de la conciencia’ hacia el amor. Pero a estas ‘almas cadavéricas’ opone la vida de la conciencia; al egoísmo amor propio, producto artificial de las relaciones sociales, opone el amor de sí, la tendencia natural y espontánea hacia la afirmación y el desarrollo de la personalidad.”²¹

Sin conciencia de la importancia de los valores y derechos humanos y sin vínculo de convicción hacia su necesario respeto y desarrollo práctico, las sociedades quedan relegadas y sometidas al peligro de ser dominadas al antojo de algún poder inescrupuloso e irresponsable, a veces, sin siquiera darse cuenta de ello. El ser humano que sustenta su mayor valor en la condición humana que posee, en la exigencia del respeto a este mayor valor y al cumplimiento de sus derechos, y que hace de ello su felicidad y la realización plena de su personalidad, es decir, el que sabe sustentarse en su valor humano y sabe desligarse, críticamente, de toda dependencia y distracción que le condicione el detrimento de su humanidad, el que no permite que su vida sea dirigida y obligada por el vaivén de los intereses particularistas y egoístas de algún poder seductor pero inescrupuloso, este ser humano es el único capaz de construirse una vida plena y auténtica; es de este tipo de ciudadanos de donde surgen las sociedades más sabias, más libres, más valerosas, más prudentes y, en definitiva, realmente más valiosas. A estos buenos ciudadanos no le podrán negar ni esconder la ineficiencia de las normas jurídicas hacia los derechos humanos; la mayor fuerza de nuestro ser, está en el sentimiento moral de nuestra humanidad y en el del propio ser personal de cada sujeto; esto nos determina como seres críticos, reflexivos y con una vida manifiestamente libre y auténtica.

Por supuesto, aclaro que, el sustentar la plenitud, la autenticidad y el desarrollo humano e individual, en sí mismo, no implica ni supone la indiferencia o la desconexión egoísta de todos los demás. Por el contrario, el saber que la vida auténtica de la individualidad se sustenta en el valor propiamente humano de cada persona, nos hace reconocernos como humanos y, con ello, reconocernos en el resto de la humanidad, en tanto que todos pertenecemos a la misma condición humana: cada persona es una parte de la humanidad y, la humanidad, es el todo que la une, indefectiblemente, a todos los demás. De acuerdo con esto, resulta que la sociedad es una consecuencia necesaria de la naturaleza humana y, en ella, los seres humanos

²¹ Rodolfo Mondolfo, *Rousseau y la conciencia moderna* (Buenos Aires, Eudeba, 1962), 43.

se hallan ligados por deberes recíprocos. La sociedad es inconcebible pensarla sin la idea de alcanzar un bien objetivo, es decir, de lograr un bien real para todos. Consecuentemente, tienen que venir como ideas simultáneas de orden:

*(...) el deber de hacer el bien y el poder para su realización. (...) socialmente es Derecho 'un poder movente a y solicitante o exigente de bien en el hombre respecto de quienes, por serlo, como él moralmente y bajo orden, tienen el deber de bien.'*²²

De modo que, la mayor virtud, se da cuando se entiende y se alcanza la viva conciencia del valor superior de nuestra humanidad y, con ello, el de todos los demás. De las relaciones que tiene el ser humano con los demás, deriva: “(...) *no solo el derecho de no ser ofendido, sino también el de asistencia mutua, sin la cual es inconcebible toda sociedad.*”²³ Nuestro valor y bienestar están manifiestamente vinculados al valor y al bienestar de los otros y, por ese motivo, la satisfacción de nuestros intereses y de nuestro bienestar, está también sostenido en la satisfacción del bienestar e interés de los demás. De suerte que, si aprendemos y entendemos la enorme importancia de estar guiados por una conciencia y convicción sobre la eficiencia necesaria de los derechos de todos, es decir, de una conciencia y convicción sobre los derechos humanos, recién entonces, nos sentiremos comprometidos y vinculados a contribuir al mejoramiento de las condiciones y circunstancias que pasan todos los demás:

*El automejoramiento tiene que ser al mismo tiempo esfuerzo dirigido al mejoramiento del prójimo (...) La bondad (...) no exige un premio, sino que por sí es premio a sí misma, en tanto satisfacción de la conciencia del deber (...)*²⁴.

5 OBLIGACIÓN, CONVICCIÓN Y RESPONSABILIDAD

En primer lugar, sentaré la diferenciación entre lo que debemos entender por obligación frente a lo que es la convicción.

La *obligación* es todo aquello que hacemos, o no hacemos, obligados por algo o por alguien, que de no cumplirlo me produciría consecuencias que no deseo. No importa ya si creemos que eso que hacemos o no hacemos, es correcto o incorrecto o necesario o innecesario, o si es lo que verdaderamente queremos hacer. Cumplimos con ese *hacer*, o con ese *no hacer*, porque existe una consecuencia que se produce o que se podría producir si no cumplo con aquello a lo que se me obliga. Esto significa que, en la obligación, existe una sanción o algún medio coercitivo que se quiere evitar, y la forma de evitarlo es cumpliendo. En el escenario de la obligación, evitarme lo negativo es lo que realmente interesa; no interesa la

²² Pedro López, *Apuntes sobre filosofía del derecho y derecho internacional*, tom. I, (Madrid, Gómez Fuentenebro, 1878), 271.

²³ José Prisco, *Filosofía del derecho fundada en la ética*, trad. por J. B. de Hinojosa (Madrid, Miguel Guijarro, 1891), 88.

²⁴ Rodolfo Mondolfo, *La ética antigua y la noción de conciencia moral* (Córdoba, Universidad Nacional de Córdoba, 1944), 17 y 18.

consecuencia o el efecto que se produce en sí con mi cumplimiento; es decir, lo que preocupa es la consecuencia o efecto que se produciría con mi incumplimiento, o sea la sanción o castigo, pero no me preocupa qué es lo que se persigue o se protege cuando cumplo con algo. Advirtamos que, el escenario de la obligación, es el que se refleja en el marco en el que se desenvuelve principalmente el Derecho y con el que se regula la mayor parte de la producción legal: el marco de obligar legalmente para que los sujetos eviten una sanción desventajosa, represora o de castigo.

En cambio, la *convicción* se mueve en otro marco de entendimiento y, a mi juicio, en un marco muy superior en cuanto a la consecución de eficiencia de fines se trata. La convicción implica que yo hago o dejo de hacer algo, porque creo que, con ello – con lo que cumplo en sí mismo-, hago, lo correcto, es necesario o, simplemente, porque quiero hacerlo o dejar de hacerlo, y no tengo en cuenta para decidirlo – o lo tengo en cuenta subalternamente – la consecuencia sancionadora que se pueda o no producir con mi decisión de acatar o no algo. La convicción es un estado de convencimiento profundo de los sujetos que es más eficiente y sólida para mover, en un sentido u en otro, las decisiones de los individuos ya que, haya o no consecuencias represoras que intenten obligarlos a algo, siempre actuarán guiados por las convicciones propias – es decir, por el convencimiento de los efectos y consecuencias propias que se generan con lo que cumplo o incumplo, y no por la sanción o castigo que evito con mi accionar-. La convicción no necesita verse obligada o amenazada con alguna sanción para lograr el ejercicio o el cumplimiento en uno u otro sentido pues no se cumple con la norma porque la norma obligue, sino que se cumple con las propias convicciones, las que estarán siempre por encima de toda norma y de toda sanción o castigo. Este es el nivel que se alcanza con una conciencia crítica y activa del valor humano. Puedo afirmar, que este es el sólido sustento que nos conduce a una verdadera conciencia de libertad:

*Cuando no interviene el peso de la exigencia ajena, de la extrema obligación coactiva, a la que nuestra espontaneidad se rebela, 'la fuerza de un alma expansiva me identifica con mi semejante' (...)*²⁵.

La convicción de la que aquí hablo, en principio, la contrapongo, o más bien la opongo, a la obligación coactiva que suele usar el Derecho en busca del cumplimiento de sus normas, y lo hago en el afán de lograr que las normas jurídicas encuentren el medio idóneo para alcanzar la eficiencia práctica en las sociedades que regula. Sin embargo, no se me pasa por alto que existe un cierto límite con respecto al instrumento de la convicción, sobre todo en los actos de gobierno y en los actos del Derecho. En la práctica social, muchas veces, la convicción debe ponderarse con la responsabilidad. Esto lo entenderemos mejor si nos situamos, por un momento, en la esclarecedora filosofía weberiana y en su clásica distinción entre la *ética de la convicción* y la *ética de la responsabilidad*. No pretendo decir que quien actúe por convicción sea necesariamente irresponsable o que quien actúe por responsabilidad carezca de convicción. Lo que sí hay que advertir, es la diferencia que existe entre estas dos formas de actuar. Quien actúa guiado por la *ética de la convicción*, actúa

²⁵ Mondolfo, *Rousseau...*, 43 y 44.

según lo que le ordena ella; en cambio, quien actúa guiado por la *ética de la responsabilidad* actúa teniendo en cuenta las consecuencias previsibles:

*(...) pueden explicar elocuentemente a un sindicalista que las consecuencias de sus acciones serán las de aumentar las posibilidades de la reacción, incrementar la opresión de su clase y dificultar su ascenso; si ese sindicalista está firme en su ética de la convicción, (...) no lograrán hacerle mella*²⁶.

Con lo cual, si con el ejercicio de quien actúa por la *ética de la convicción* se provocan perjuicios, el que actuó con el ejercicio de sus convicciones, no se considerará responsable de dichos perjuicios; por el contrario, este sujeto, responsabilizará de ello al mundo, a la torpeza de los otros o la voluntad de una fuerza supuestamente invencible; la única responsabilidad que estará dispuesto a asumir es la de perder la pasión convencida sobre su convicción y, sus acciones estarán dirigidas a mantener dicha pasión, las que, únicamente, deben y pueden tener un valor ejemplar. En cambio, el que guía sus actos de acuerdo a la *ética de la responsabilidad*, atenderá todas las imperfecciones posibles de sus actos y asumirá que esos perjuicios se deben a su acción.

En esta pugna de éticas, Max Weber terminará concluyendo que la *ética de la convicción* no es la más conveniente para conducir el accionar político. Para Weber, la *ética de la responsabilidad* es la que le correspondería a la política. En este sentido comenta Joaquín Abellán que:

*La ética de convicciones (...) no aporta ninguna solución a la cuestión de la justificación de los medios utilizados en la política. (...) la lógica interna de una ética de convicciones es de carácter absoluto y no puede permitirse ninguna excepción (...) la aplicación de la ética de las convicciones a la política significa convertir la lucha política en una lucha de carácter religioso, que ignora la naturaleza fundamentalmente diabólica del poder, es decir, que ignora que ni los mejores ideales ni las mejores intenciones son capaces de eliminar la naturaleza trágica de la política. La utilización de la política, para la realización de objetivos absolutos, sin dar entrada de manera determinante a las consecuencias de esa realización conduce finalmente a un descrédito de los propios ideales*²⁷.

En la ética weberiana se sostiene que no se pueden lograr objetivos correctos sin utilizar medios que, a veces, son moralmente dudosos o peligrosos y, además, pueden provocar consecuencias moralmente incorrectas:

*Ninguna ética del mundo puede resolver tampoco cuándo y en qué medida quedan 'santificados' por el fin moralmente bueno los medios y las consecuencias laterales moralmente peligrosos*²⁸.

²⁶ Max Weber, *El político y el científico*, trad. por Francisco Rubio Llorente (Madrid, Alianza, 2007), 165.

²⁷ Joaquín Abellán, *Poder y política en Max Weber* (Madrid, Biblioteca Nueva, 2004), 197 y 198.

²⁸ Weber, *El político...*, 166.

Por mi parte, debo reconocer que la historia nos ha mostrado que quienes se guían únicamente por la *ética de la convicción* muchas veces terminan olvidando su conciencia de responsabilidad. Y es que las situaciones y las relaciones del mundo no están tan encasilladas como para creer que siempre de todo lo bueno va a brotar el bien y, de todo lo malo, el mal. La vida humana no tiene esos niveles armonizados de racionalidad y lógica exacta y, la política, no es la excepción. Ante esto, opino que el ser humano, que ejercita el poder, no tiene que estar siempre supeditándose a prever, calculada y estratégicamente, si va a lograr resultados socialmente óptimos y correctos con sus acciones, ni tiene que estar a una única forma de decidir según la *ética de la responsabilidad*. El mismo Weber parece entenderlo así, pues pese que para él la *ética de la responsabilidad* es la que debe conducir a la política, sin embargo, reconoce que la *ética de la convicción* tiene un componente de ilusión y de firmeza hacia la entrega del objetivo en el que se cree y se quiere alcanzar. Si bien es de mayor pertinencia ejercer las acciones políticas con responsabilidad, estas deben encontrar su límite en las convicciones a las que el político se sienta comprometido y con las que se sienta obligado en el ejercicio de sus acciones. Las convicciones las llevamos en el interior de nuestro ser y son la muestra más clara y pura de nuestra propia vida activa; son la evidencia de que nuestro ser no está muerto interiormente. Por ello, el auténtico político y, en general, cualquier persona que quiera ser auténtica y correcta en su accionar, debe obrar con el sentimiento de estar haciéndolo por ese compromiso ideal en el que cree; debe obrar, o dejar de obrar, por su convicción de que lo que hace, lo hace siguiendo los requerimientos del interior de su ser. La convicción es una fuerza que nos permite desenvolvernos con entereza en la realidad sin derrumbarnos interiormente frente a las caídas y avatares que se nos presentan. Así pues, puedo asegurar que la *ética de la responsabilidad* y la *ética de la convicción*, en la vida en general y en la política, en particular, resultan complementarias para nuestro mejor hacer, para nuestra mejor existencia y para nuestro pleno desarrollo. Entonces, podemos leer en Weber que:

*Es (...) infinitamente conmovedora la actitud de un hombre maduro (...), que siente realmente y con toda su alma esta responsabilidad por las consecuencias y actúa conforme a una ética de responsabilidad, y que al llegar a un cierto momento dice: 'No puedo hacer otra cosa, aquí me detengo'. Esto sí es algo auténticamente humano y esto sí cala hondo. Esta situación puede, en efecto, presentársenos en cualquier momento a cualquiera de nosotros que no esté muerto interiormente. Desde este punto de vista la ética de la responsabilidad y la ética de la convicción no son términos absolutamente opuestos, sino elementos complementarios que han de concurrir para formar al hombre auténtico (...)'*²⁹.

Sostengo entonces, que la *ética de la convicción* no descarta a la *ética de la responsabilidad*; más bien, ambas, pese a ser opuestas en la toma de consideración de sus consecuencias, no dejan de ser complementarias y necesarias, sobre todo para el ejercicio del poder en la política. El poder político responsable tiene que atender y respetar a los valores y derechos superiores, los que no deben estar sujetos a

²⁹ Weber, *El político...*, 177.

condicionamientos, pero, a la vez, estos derechos y valores, tienen que estar dispuestos a estar limitados, excepcionalmente, cuando se conjeturen consecuencias peores. La *ética de la convicción* por sí sola no es perfecta, al igual que la *ética de la responsabilidad*. Ambas se necesitan para surtir efectos eficientes sobre la humanidad. Y esto es así, porque en la realidad humana la perfección es inalcanzable; la perfección humana en sí es imperfecta porque nuestra naturaleza también lo es. Con lo cual lo que se busca en la sociedad, dentro de su imperfección natural, es que sea lo más justa posible; es decir, que en su imperfección no se alcancen niveles críticos de injusticia, ineficiencia y discriminación, que provoquen la extrema situación en la que los mismos seres humanos desvirtúen el propio valor de los derechos humanos.

La convicción, dentro de la conciencia de los valores y de los derechos humanos, es indispensable para lograr la eficiencia práctica de los mismos dentro de la humanidad y es, precisamente, esa convicción la que hace que las decisiones se ejerzan también con responsabilidad y preocupación por sus consecuencias.

6 TEORÍA DE LA EMPATÍA DEL RECONOCIMIENTO

Situándome ya en las ideas finales que propongo para este trabajo académico, y luego de todo lo expuesto, puedo asegurar que si no nos preocupamos por tener una existencia auténticamente libre y respetuosa con los valores de toda la humanidad, las sociedades y el Derecho de los Estados, ya pueden estar llenos de derechos humanos formalizados en normas jurídicas que obligan, pertenecer a grandes organizaciones internacionales que defiendan los derechos y, además, podemos llenarnos de discursos, seminarios, doctrinas y libros que hablen de la efectividad teórica y normativa de los derechos humanos; sin embargo, todo ello, terminará sucumbiendo ante la primacía de la ineficiencia real y práctica de las normas jurídicas en la sociedad. Si no se forma a los integrantes de la sociedad – incluidos sus gobernantes y legisladores – en el valor propio de su humanidad, como humanidad que es, muy pronto las sociedades no podrán sostenerse solo con las normas jurídicas teóricamente buenas, ni con sanciones u obligaciones que desarrolle el Derecho a través de sus normas, creyéndose que obligando se logra la eficiencia real de los derechos.

El Derecho y sus normas jurídicas no crean cimientos ni convicciones. Son los valores, los cimientos de la sociedad y del Derecho; son ellos los que estructuran a la sociedad y, con ello, estructuran al Derecho; no al contrario. Hay que cimentar en valores para empoderar en derechos; así se logra una eficiente armonía social, que es el fin principal de todo lo aquello que norma el Derecho. Esto es, hacer que los seres humanos reconozcan el valor que hay en su propia humanidad y que es el mismo valor de todos los demás. También se trata de empoderar al Derecho, pues con la convicción de los sujetos, las normas y regulaciones jurídicas encuentran un camino más claro hacia la eficiencia real y práctica de sus disposiciones. Al final, la real eficiencia de una norma del Derecho, la empodera a ella mismo como tal en sus objetivos, pues, verdaderamente, la eficiencia práctica del Derecho depende y responde, y en mucho, a la voluntad consciente del individuo que la sigue: depende de que quien cumpla una norma lo haga queriendo cumplirla por el valor propio que

se protege con ella y no por, simplemente, evitar una sanción ya que, a quien solo le preocupe esto último, si aprende a evitar dicha sanción sin que lo descubran, simplemente, no cumplirá con lo normado jurídicamente: siendo la sanción lo único que le interesa evitar; pudiéndola evitar, entonces, para qué cumplir con las exigencias de respeto que me imponen los derechos normados. Si no hay cámaras grabando, ni testigos que lo cuenten ni alguna otra forma para que se descubra el incumplimiento y se sancione; entonces, por qué no se va a dejar de golpear, torturar o abusar a una persona, si apetece, cuando no hay que preocuparse por el castigo o la sanción.

De manera que, la convicción consciente del valor humano de todos y de los derechos humanos como cimientos de nuestras sociedades, es la única realidad que puede sostener una verdadera libertad. Este escenario es el instrumento idóneo y capaz para conseguir la eficiencia real de las normas jurídicas; esta convicción consciente es la única que nos permite la armonía real con los demás y con el medio que nos rodea y, en última instancia, con nosotros mismos:

En esto estriba la necesidad y la misión de la cultura humanista, cuya tarea fundamental es mantener viva en el hombre la conciencia de su humanidad, en el doble sentido de una esencia humana íntegra y de una vinculación vital con todos los demás hombres y sus actividades especiales en la complejidad de la vida social y el proceso de su desarrollo progresivo³⁰.

Normas jurídicas que logren una sociedad eficientemente libre, igualitaria, solidaria, inclusiva, justa y decente, es el mejor de los mundos posibles. La conciencia y la convicción de la superioridad de la eficiencia real de los valores y derechos humanos, solo pueden ser alcanzadas a través de la capacidad crítica, reflexiva y necesaria para entender y defender el valor auténtico de nuestra humanidad, como unidad y conjunto que es. Esto es lo que nos hace seres auténticos, plenos y realmente libres. El sufrimiento y la discriminación que pasan otros por no poder alcanzar la eficiencia de sus derechos humanos, es un tema que también va de nosotros, es un tema que también tiene que ver con nosotros y con todos a la vez, pues todos somos parte de una misma humanidad, sea cual sea el lugar o la condición en la que se produzca.

Lo anterior me lleva casi a lo último de este trabajo, que es además la propuesta prescriptiva y principal a la que me interesa llegar y que he dado en llamar la **teoría de la empatía del reconocimiento**.

Mi teoría de la *empatía del reconocimiento*, es mi propuesta, y es una propuesta mayor y más amplia de lo que comúnmente se entiende y se explica como la *empatía*. La *empatía del reconocimiento* es ponerse en el lugar del otro, pero no como un otro-ajeno, sino, en el convencimiento de que ese otro, también somos nosotros. Es decir, propongo una teoría de empatía por la que las sociedades entiendan que existe un necesario reconocimiento de que lo que le incumbe a ese otro nos incumbe también a todos, como humanidad que somos. Se trata de reconocernos en el otro, siendo nosotros. Sin dejar de ser nosotros, sabemos también que somos

³⁰ Rodolfo Mondolfo, "Misión de la cultura humanista", *Papeles de Buenos Aires*, ed. facsimilar (2013), 64.

parte de los demás. No se trata meramente de ponerse en el lugar del otro, abstractamente, sintiéndolo al otro como un ajeno a mí. Se trata de sentirse, concretamente, parte de los otros, en tanto humanidad que nos une. Es ponerse en el lugar del otro como si fuéramos nosotros, porque lo somos; no como algo figurativo, sino verdaderamente real, concreto y cierto.

Regularmente, cuando se habla de empatía, simplemente la entendemos como un hecho abstracto o como el ejercicio de ponerse, imaginariamente, en el lugar del otro, pero sintiéndolo ajeno a mí. Esta definición está bien y reconozco que puede ser útil para el discurso de los derechos humanos. Sin embargo, yo pretendo dar un paso más allá que permita alcanzar la eficiencia real a la figura de la simple empatía y, precisamente, en el ámbito de los derechos humanos y en el de las normas jurídicas que los regulan. No me refiero a ponerse en el lugar del otro para, única y simplemente, entender las consecuencias de la ineficiencia real de los derechos de ese otro, ni tampoco pretendo buscar un cierto sentimiento de solidaridad que meramente empuje a los sujetos a hacer algo mínimamente comprometido – como podría ser una mera contribución económica a una causa determinada que promueva una determinada ONG que actúe en favor de los niños que sufren los efectos de la guerra, por ejemplo-. Estas situaciones siempre se enmarcan y se asientan en la idea de que ese otro es un ajeno, es decir, que esos otros que sufren, no somos nosotros, y siendo ajenos, poca o nada es lo que me toca hacer y, lo que es peor, poca o ninguna es la preocupación y responsabilidad que me toca asumir. Pues bien, mi propuesta se enmarca y se asienta, cabalmente, en una idea opuesta y diferente a esto.

Sostengo una *empatía del reconocimiento*, según la cual nos ponemos en el lugar del otro, pero convencidos de que ese otro también somos nosotros, no abstractamente, sino en la concreción de nuestra condición humana que es afín y nos vincula, como uno, a todas las personas. Que quede claro que no hablo de una suerte de identidad igualitaria donde no haya espacio para las diferencias; tampoco se trata de sustituirse o de sacrificarse por el sufrimiento del otro por la falta de eficiencia de sus derechos humanos, ni tampoco se trata de llamar la atención buscando despertar sentimientos de fraternidad o de solidaridad para lograr un compromiso bondadoso o un sentimiento de pesar compartido. Tampoco se trata de hacer ni de identificar a los buenos y a los malos de una sociedad. Se trata de algo mucho más serio, real, auténtico y profundo.

La condición humana es consustancial a la existencia de todos y, por ello, todos estamos vinculados, más allá y por encima de lo que uno quiera, crea o no quiera creer o aceptar. Es innegable que esto es así. Esta vinculación, nos une, no solo en nuestra condición humana, sino también en lo que suceda en nuestras realidades y en las realidades de los otros. La eficiencia o la ineficiencia de los derechos, en la realidad de uno o en la realidad del otro, y sus consecuencias, más tarde o más temprano, alcanzan al resto. Entonces, lo que planteo es un reconocimiento concreto y consciente en ese otro, un reconocimiento por el cual se llega a tener la convicción de que el problema de ese otro también nos incumbe, nos interesa y nos afecta a todos como humanidad vinculada que somos. Es el reconocimiento del vínculo basado en el interés propio. Por esta razón vinculatoria es que debemos advertir y entender la exigente necesidad que existe de lograr la eficiencia real de las normas jurídicas sobre los derechos humanos; es una razón ineludible. Hay que tener el conocimiento consciente de que la

ineficiencia de las normas jurídicas con respecto a los derechos humanos del otro, también es un problema de nosotros, y que esto puede afectar nuestra propia realidad; es decir, se trata de un tema que nos tiene que interesar para la conveniencia, bienestar y el interés de nuestra propia realidad, la que, de hecho, también podría terminar siendo afectada. Recuérdense, por ejemplo, el caso del virus del ébola en el Continente Africano y la atención ineficiente que le proporcionaron los países desarrollados, lo que luego terminó afectándonos gravemente cuando el virus logro entrar en nuestras fronteras contagiando a ciudadanos del Continente Europeo (de España y Francia). Y se pueden citar muchos casos más, como el de la inmigración de los países que están en estado de extrema pobreza o en guerras (Nigeria, Siria, Venezuela, etc.) y que provoca que sus habitantes huyan hacia los países que no afrontan estos problemas en busca de sobrevivir y encontrar una oportunidad de mejora. Todo esto pasa delante de nuestros ojos; lo vemos en los diarios, en los noticieros y en nuestras calles. Por lo tanto, resulta innegable que el ponernos en el lugar del otro, es un tema que nos compete a todos, porque de no hacerlo las consecuencias son inevitables para nuestra propia e inmediata realidad, y es que, por la vinculación de nuestra humanidad, todo nos concierne a todos y el problema del otro es también nuestro problema, nos incumbe, y sus patentes consecuencias también.

Entonces, la teoría de empatía que planteo – la *teoría de la empatía del reconocimiento* – implica, en principio, al igual que la empatía regularmente entendida, ponerse en el lugar del otro; empero, el paso mayor que sostengo, está en no ver a ese otro como si fuera un otro ajeno y desconectado a nuestra realidad, sino que se trata de ver y entender a ese otro, como un nosotros mismos ya que está conectado por nuestra misma realidad humana; se trata de reconocernos en ese vínculo que nos une a todos por igual, inexcusablemente. Esto es crucial para el discurso de la eficiencia real y práctica de los derechos humanos y hay que aprehenderlo y entenderlo bien.

No se trata de asimilarse o de identificarse con el estado mental o afectivo del otro, ni de intentar ponerse al mismo nivel de lo que siente ese otro o, mediante un proceso de elevada abstracción, lograr sustituirnos en ese otro para sentir el dolor y entender su sufrimiento ajeno y desde allí empezar a preocuparnos. Es lógico y sensato aceptar que uno no puede experimentar o explicar bien cómo y cuál es el nivel exacto de sufrimiento por el que pasa ese otro que está afligido. Tampoco se trata de sentirnos sustitutos o identificados exactamente con el nivel de dolor o sufrimiento de ese otro. La *teoría de la empatía del reconocimiento* que defiendo, se sustenta en la idea de reconocernos vinculados en el problema de ese otro, pero no en el grado de su afección o sufrimiento particular, sino en el vínculo de humanidad que nos une a todos como una misma realidad y especie humana a la que pertenecemos todos. En eso sí que tenemos, podemos y debemos identificarnos perfectamente para interesarnos por la lucha contra toda deficiencia, ineficiencia, indiferencia, vulneración y desapego hacia los valores y derechos humanos. Ese es el vínculo consustancial e innegable de nuestra existencia. Con la interiorización de la *empatía del reconocimiento*, cualquier sujeto será interesadamente capaz de reconocerse en la discriminación que sufre el otro, pero no reconociéndose en la propia afección, sino en la realidad y vinculación humana misma que comparte con ese otro y que es la que podría terminar afectando y perjudicando la realidad de los dos. Se trata de desvelar el

interés que debe existir para el bienestar y la conveniencia de la realidad de todos. Actuar interesadamente no es incorrecto; lo incorrecto es no darse cuenta que la realidad de uno y otro, nos incumbe y nos afecta a todos.

Lo explico de manera más simple. Si vemos que alguien le da una bofetada a otro, sabremos que ello está mal; lo que no sabremos es cuánto dolor o afección se ha causado a ese otro; en esto, es claro, que no nos podemos identificar ni reconocer en el otro (en el nivel del dolor sufrido). Supongamos ahora que el que sufre la bofetada es alguien al que lo reconocemos y lo sentimos como vinculado a nosotros (nuestro hijo, familiar, amigo, compañero, etcétera). Es seguro que, sin que nos obliguen y sin ser los directamente afectados, no nos quedaremos indiferentes ante esa agresión (la bofetada). Sin lugar a dudas, nos vamos a reconocer en el sufrimiento de ese otro vinculado, dado que nos reconocemos en él como parte de un vínculo cierto y común. No podremos reconocernos en su dolor ya que no sabremos bien cuánto o cómo le duele, además, no nos importará que no seamos los causantes de la bofetada; aún así nos sentiremos afectados e involucrados en el problema del otro, porque el valor de sentirnos vinculados y la convicción consciente de reconocernos en un vínculo común, provoca que nos reconozcamos en el problema de ese otro vinculado, sin importar que sepamos o no cuánto le duele o qué fue lo que generó esa bofetada o si hemos o no contribuido a que ella se produzca o si se la merezca o no. El tema central aquí es sentirse y saberse vinculado al otro. Luego, si no hago nada porque prefiero negarme o me resulta más cómodo ser indiferente a mi vinculado, existe la gran posibilidad de que esto determine que la pequeña riña se magnifique y que la agresión termine afectándome también a mí, precisamente por estar, inevitablemente, vinculado.

Por lo tanto, lo que hay que saber y entender es que, en el ámbito de los derechos humanos y en el de nuestra existencia humana, todos nosotros nos encontramos vinculados entre sí, inevitable e indeclinablemente; hay que saber comprenderlo y tener la capacidad crítica para no negarnos a ello. Se trata de no caer en el error de creernos desvinculados a los demás, o en el error de defender supuestos vínculos que resultan más fuertes y superiores al vínculo humano.

Ahora bien, me resulta interesante insistir en que no es cierto que hay que sentir o saber directamente el grado de dolor que pasa alguien para poder comprender bien o para poder defender bien a una víctima de un determinado injusto. Es más probable, incluso, que quien no sea el directamente agredido – al que no le han dado directamente la bofetada – sea más objetivo, prudente y ecuánime para entender, resolver y afrontar el problema, porque él no lleva consigo la mayor carga emotiva de la afectación. El tema a rescatar aquí, que es el que resalto, es que cuando nos entendemos y nos reconocemos vinculados en nuestra humanidad, sabemos y sentimos que el problema que afrontan los demás también nos compete. Por supuesto, que el componente emotivo del directamente afectado también resulta valioso para tratar el problema; no obstante, no se trata de hacer una jerarquía de quién esté o no capacitado, o esté más o menos capacitado para resolver los problemas de discriminación o ineficiencia en la protección de los derechos humanos. La postura de jerarquías o de mayores capacidades, en razón de ser o no el directamente afectado, es un grave error. Ambos, tanto el afectado directo, como el que se siente vinculado por su convicción de una misma humanidad, están perfectamente capacitados para involucrarse en todo reclamo contra los injustos y discriminaciones acaecidas en nuestras sociedades. Lo

importante está en tener la conciencia y convicción de la vinculación que existe entre todos los seres humanos, sin excepción. Lo mismo pasa con las sociedades. Si a los ciudadanos se les enseña a ser críticos con sus valores propios y humanos, lograremos personas más libres, dignas y auténticas. Saber con convicción que la realidad humana de todos es una realidad que responde a un mismo vínculo de unidad y de conjunto – como el que cada uno lleva y defiende en sus casas y en el resto de su vida privada-, hace que se motive la conciencia de que la indiferencia hacia los demás es inaceptable e indecente para nuestra propia calidad humana. Este reconocimiento en la realidad del otro, se sustenta en la convicción de saber que todos pertenecemos a un mismo vínculo: el vínculo humano, más allá y por encima de cualquier condición de sexo, religión, nacionalidad, distinta capacidad, estatus social o económico. Es un grave error fomentar discursos de una especie de trincheras contrapuestas, o el de crear contrincantes a los que hay que vencer y destruir, por ser, por ejemplo, de una u otra nacionalidad o de uno u otro sexo contrario: la humanidad es una sola; no existen enemigos naturales, por su sexo, nacionalidad, religión, etcétera. En todo caso, lo que sí es claro, es que todos pertenecemos a la misma trinchera, que es la trinchera de la humanidad. Ciertamente, no se trata de trincheras sino de coherencia y razón ante nuestra evidente e inherente realidad de pertenencia y vinculación. Al vulnerador de derechos hay que denunciarlo, sancionarlo y educarlo para corregirlo, pero a él, no a todos los que compartan una realidad física, biológica, religiosa o de cualquier otra índole, igual o parecida. Y esto, es algo que las normas jurídicas tienen que tener en cuenta a la hora de legislar sobre los derechos humanos, pues de ello depende, y en mucho, el poder alcanzar los objetivos que se buscan en la realidad social. Saberse vinculados bien a todos los demás, por nuestra humanidad, determina que los ciudadanos cumplan las normas, pero no para evitar una sanción, sino por el respeto que les genera ese vínculo humano al que entienden y saben que pertenecen y al que le reconocen un valor que les interesa cuidar y preservar, en provecho de su propia realidad.

Finalmente, afirmo que todos tenemos un mismo valor y todos debemos tener el mismo interés superior para la protección eficiente de los derechos de la humanidad. Y a quienes, de una u otra forma, crean que el problema de la ineficiencia de las normas jurídicas sobre los derechos humanos, no va de ellos, no va de todos o que no nos compete a todos, a ellos, desde aquí les contesto, para su reflexión, con este claro y certero adagio: *Quid rides? Mutato nomine de te fabula narratur*; lo que significa: “¿De qué te ríes? Con un nombre distinto, a ti se refiere la historia (...)”³¹. Este adagio satírico, quiere decir que lo que sucede en la realidad de todos es un tema que también va contigo, pues de ti también va la humanidad. Dicho de otra forma: el tema de la eficiencia en la protección de los derechos humanos es un tema que va contigo, que va conmigo, que va de todos nosotros; la historia de *los otros* también es nuestra historia, también va de ti, en tanto todos somos parte de una misma humanidad. Lo del *otro* me compete, nos compete, y no lo podemos rehuir ya que nuestro vínculo humano así lo determina, cierta e indeclinablemente. Es responsabilidad de todos preocuparnos por la continua rectitud de esta conciencia, de esta convicción y de todas las decisiones que tomemos a lo largo de nuestras vidas.

³¹ Quinto Horacio, *Sátira, epístolas, arte poética*, trad. por José Luis Moralejo (Madrid, Gredos, 2008), 65.

Lo dejo más claro aún, llamando la atención sobre lo que el filósofo humanista italiano, Rodolfo Mondolfo, llama *el principio incesante del escrutinio de sí mismo para conocerse intelectual y moralmente*:

*(...) el incesante escrutinio de sí mismo (...) convertido – por una exigencia de unidad entre teoría y práctica – en norma de toda la vida, confiere a la existencia humana una seriedad y una nobleza incomparables, y lleva al hombre, al mismo tiempo, a cobrar conciencia de la vinculación entre su propio perfeccionamiento interior y el de los demás, esto es, de su obligación moral de cooperar en el perfeccionamiento espiritual del prójimo. (...) Fin humano por excelencia, esto es, la elevación intelectual y moral que constituye el verdadero bien y la satisfacción íntima de cada uno y de todos, ley de autonomía y fuente de la verdadera felicidad. De todas estas exigencias, que mientras exista la humanidad son y serán siempre una necesidad y un imperativo categórico (...)*³².

7 CONCLUSIONES

1) El ámbito de los Derechos Humanos, es el ámbito más noble del Derecho pues busca – nada más y nada menos – que la sociedad en su conjunto viva en el mejor de los mundos posibles, donde sus integrantes se relacionen despojados de toda discriminación o abuso que atente contra el desarrollo de su dignidad libre y auténtica. El empoderarnos en la conciencia de la superioridad de los valores humanos, es, y debe ser siempre, el objetivo primordial a inculcar por todos los que nos dediquemos a esta noble materia del Derecho: aquí o allá por dónde se vaya o, aquí o allá por dónde uno se quede, *allende* los mares o *aquende* de ellos.

2) La empatía de reconocernos en el otro, entendiéndonos como nosotros mismos porque lo somos, es el paso fundamental que nos lleva a una humanidad más justa y a que todo funcione tan eficiente como debe. Si la conciencia y convicción sobre la superioridad de los valores humanos son los que cimentan al poder, luego entonces, el poder respetará a los derechos humanos. Se trata de cimentar para respetar o, mejor dicho, es fomentar el interés por la eficiencia de los derechos humanos desde las estructuras morales y humanas que los cimentan, y no solo desde las coyunturas legales que nos obligan.

3) En este contexto explicativo que he desarrollado, resulta que las normas jurídicas no deben encontrar satisfacción o plenitud en su propia existencia, en su mejor redacción o mayor agravación de sus sanciones, o limitarse a pretender responder únicamente a lo mediático y coyuntural, cuando el problema y afectación a los derechos sigue estructural y sustancialmente sin lograr una respuesta eficiente y real sobre la sociedad.

4) Por todo ello, las normas jurídicas deben buscar la conciencia y convicción sobre la importancia de lograr la eficiencia hacia el cumplimiento y respeto de los derechos humanos, y esto solo se logra con educación, educación y más educación. Es de esto de lo que deben preocuparse, principalmente, las normas jurídicas de derechos humanos; de instaurar y fomentar políticas educativas que creen conciencia y responsabilidad sobre el vínculo humano que nos une a todos. En

³² Mondolfo, *Sócrates*, 82 y siguientes.

los colegios, institutos y universidades, se deben implementar, aumentar y reforzar, legal y jurídicamente, las materias especializadas y las plazas de profesores que sepan educar en los valores y derechos humanos. Además, se deben establecer y potenciar programas educativos especializados y constantes en todos los niveles comunicativos y sociales. Ya sé que se suele recurrir a la justificación de la falta de recursos económicos, pero lo cierto es que sale más costoso gastar en políticas que responden, ineficiente y coyunturalmente, a las consecuencias de la falta de eficiencia de las normas jurídicas de derechos humanos, que atender a las causas que la originan desde sus raíces. Nadie nace machista, xenófobo o discriminador; es la mala educación o la indiferencia de esta, para educar sobre ello, lo que despista y desorienta a los sujetos de su realidad humana compartida por todos y a la que, les guste o no, pertenecen.

5) Cierro estas conclusiones compartiendo las alumbradas palabras del poeta inglés del siglo XVII, John Donne, las que resumen bien lo que en este trabajo sostengo como argumento esencial de mi propuesta:

*Ningún hombre es una isla entera por sí mismo; cada hombre es una pieza del continente, una parte del todo (...): la muerte de cualquier hombre me disminuye, pues estoy unido a toda la humanidad; en consecuencia, nunca preguntes por quién doblan las campanas; doblan por ti*³³.

BIBLIOGRAFÍA

- ABELLÁN, Joaquín, *Poder y política en Max Weber*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2004.
- ANSUÁTEGUI ROIG, Francisco, *Poder, ordenamiento jurídico, derechos*, Madrid, Dykinson, 1997.
- BONETE, Enrique, ed., "Introducción, para una ética del poder", en *Poder político, límites y corrupción*, Madrid, Cátedra, 2014.
- CONTRERAS UGARTE, Jesús Víctor Alfredo, *Las determinaciones políticas en materia de derechos humanos. Cavilaciones a partir de la ética weberiana y de la fuerza trascendental hegeliana*. Mauritius, Editorial Académica Española, 2018.
- _____. *Realidad, poder, valores y derechos humanos, el poder dominante en Max Weber*, Madrid, Servicios de Publicaciones de la Facultad de Derecho de la Universidad Complutense de Madrid, 2018.
- DEL VECCHIO, Giorgio, *Parte sistemática*. Tom. I de *Filosofía del derecho*. Traducido por Luis Recaséns Siches. Barcelona, Bosh, 1929.
- DÍAZ, Elías, *El derecho y el poder. Realismo crítico y filosofía del derecho*, Madrid, Dykinson, 2013.
- DONNE, John, *Devotions. Upon Emergent Occasions*. Michigan, The University of Michigan Press, 1959.
- DUSO, Giuseppe, "La historia conceptual", en *El poder. Para una historia de la filosofía política moderna*. Traducido por Silvio Mattoni. México D. F., Siglo XXI, 2005.
- HORACIO, Quinto, *Sátira, epístolas, arte poética*. Traducido por José Luis Moralejo, Madrid, Gredos, 2008.
- LA TORRE, Massimo, *Derecho, poder y dominio*. Traducido por Francesca Gargallo. México D. F., Fontamara, 2004.

³³ John Donne, *Devotions. Upon Emergent Occasions* (Michigan, The University of Michigan Press, 1959), 108 y 109 [mi traducción].

- LÓPEZ CALERA, Nicolás, *Filosofía del derecho*, Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1976.
- LÓPEZ SÁNCHEZ, Pedro, Tom. I de *Apuntes sobre filosofía del derecho y derecho internacional*, Madrid, Gómez Fuentenebro, 1878.
- LUKES, Steven, *El poder. Un enfoque radical*, Traducido por Carlos Martín Ramírez, Madrid, Siglo XXI, 2007.
- MENÉNDEZ, Manuel, ed., *Sobre el poder*, Madrid, Tecnos, 2007
- _____. VALLESPÍN, Fernando, 2007, *Poder, legitimidad y Estado*. En Menéndez, 2007, 31-47.
- _____. VILLORO, Luis, 2007. El poder y el valor. En Menéndez 2007, 15-30.
- MONDOLFO, Rodolfo, *El humanismo de Marx*. Traducido por Oberdan Caletti. México D. F., Fondo de Cultura Económica, 1973.
- _____. “Ensayo preliminar, Conclusiones sobre el marxismo”, en *Manifiesto comunista*, de Marx y Engels. Traducido por Alfonso Calderón. Santiago de Chile, Universitaria, 1971.
- _____. “Misión de la cultura humanista”. *Papeles de Buenos Aires*, edición facsimilar (2013), 64.
- _____. *La ética antigua y la noción de conciencia moral*, Córdoba, Universidad Nacional de Córdoba, 1944.
- _____. *Rousseau y la conciencia moderna*, Buenos Aires, Eudeba, 1962.
- _____. *Sócrates*, Buenos Aires, Eudeba, 2007.
- _____. *Umanismo di Marx. Studi filosofici 1908-1966*, Torino, Einaudi, 1968.
- PRISCO, José, *Filosofía del derecho fundada en la ética*, Traducido por J. B. de Hinojosa, Madrid, Miguel Guijarro, 1891.
- RICCEUR, Paul, *Poder, necesidad y consentimiento. Lo voluntario y lo involuntario*, Traducido por Juan Carlos Gorlier. Buenos Aires, 1988.
- STAMMLER, Rudol, *Tratado de filosofía del derecho*. Traducido por W. Rocés, Madrid, Reus, 1930.
- WEBER, MAX. *El político y el científico*, Traducido por Francisco Rubio Llorente, Madrid, Alianza, 2007.